

SESSÕES DO PLENÁRIO

113ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 5 de dezembro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (61) A Deputada Ivana Bastos, encontra-se licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 110ª e 111ª, realizadas, respectivamente, em 28 e 29 de novembro de 2023; da sessão extraordinária: 17ª, realizada em 28 de novembro de 2023; e das sessões especiais: 55ª e 56ª, realizadas em 30 de novembro de 2023.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Pedro Tavares para utilizar o tempo de 5 minutos. Não se encontra.

Com a palavra o deputado Raimundinho da JR para ocupar a tribuna pelo tempo de 5 minutos, na forma regimental do Pequeno Expediente.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas deputadas e deputados desta Casa.

Chego aqui hoje nesta tribuna, mais uma vez, para fazer e chamar a atenção desta Casa a respeito da Bahia Norte, da Viabahia e da CLN. Eu tive informações de que haverá uma fusão da CLN com a Bahia Norte, vai ser uma fusão das duas. Agora, vamos ter consciência de que a Bahia Norte, simplesmente, tem mais 25 anos de concessão no nosso estado e nada está fazendo até hoje. E, se esta Casa não tiver cuidado, nós vamos ter uma segunda Viabahia no nosso pleito.

Não é possível que, nesta Casa, a gente não tome cuidado com a Bahia Norte, a CLN e a Viabahia, que já está no descaso que está. Por que eu falo isso? Porque a CLN, também, simplesmente, quando chegam os feriados, ela aumenta irresponsavelmente os pedágios. Então aqueles funcionários que chegam nos feriados, aqueles operários que vão ter o seu lazer, pagam quase o dobro da tarifa de pedágio. Isso é um absurdo! E mais, pasmem: ela renovou o contrato por mais 30 anos. Segundo informação do diretor da CLN, que esteve na semana passada nesta Casa, ele dizia que o único compromisso que ele tem é o de manter a malha rodoviária até Mata de São João. Ou seja, ele deveria ter responsabilidade até a divisa do estado da Bahia com Sergipe e nada eles fazem. A gente não pode aceitar esse tipo de situação que vem acontecendo, tanto com a Bahia Norte como com a CLN.

Hoje, na nossa Comissão de Infraestrutura, pedi ao secretário que pudesse convocar, mais uma vez, o diretor da CLN, porque ele está fazendo pouco caso. Eu tenho um documento em que ele me disse, há mais de 90 dias, que, com 15 dias, ele me daria o posicionamento de investimento, principalmente na BA-093, onde a gente tem – viu, deputada Fabíola? – dois colégios e uma feira livre na margem da rodovia e sequer uma faixa de pedestre lá existe.

Sobre a duplicação, nós temos 14 anos pagando o pedágio e nada de melhoria com as nossas rodovias. Fico pasmo! Outra coisa, deputada Fabíola, a gente fica pasmo de ver, e eu quero aqui deixar a minha indignação, a respeito do leilão que vai ter do Detran. Mais de mil carros estão indo para o leilão. Será que a gente pode ter um trabalho educativo para aquele operário, para aquele pedreiro que, com muita luta, com muita determinação, adquiriu um carrinho popular e foi apreendido nos pátios do Detran e, sem ele poder pagar as estadias que viraram uma bola de neve, lá ele perdeu o seu carro?

E a maioria desses carros que estão indo para o leilão são carros originados desse tipo de situação, em que aquele pequeno operário, aquele pequeno trabalhador, com muita luta, conseguiu comprar um carrinho para se locomover e fazer as suas compras. Mas quando existem as blitzes, que vêm acontecendo de forma... eu acho que deveria ser uma blitz educativa, nada contra as blitzes. Agora, você pegar um pai de família, um

trabalhador que, com muito sacrifício, comprou um carrinho velho e chega numa blitz e é parado porque o pneu dele...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) está mais desgastado do que o outro e leva para o pátio do Detran, isso nós não podemos aceitar.

Eu quero chamar a atenção desta Casa e dizer do meu desabafo, da minha indignação, de forma que a gente vai ver agora o leilão do Detran com mais de mil carros. Mil carros apreendidos e foram mil carros de pessoas de baixa renda, que perderam o seu patrimônio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que lutaram a vida inteira para conseguir e, de forma irresponsável, foi perdido para os pátios do Detran.

Meu muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Raimundinho da JR.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Alex da Piatã para utilizar o tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Meu boa tarde a todos e todas, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, servidores. Meu presidente, eu fiz questão de hoje vir usar a tribuna para falar de um assunto que tem tomado constantemente o nosso tempo, tem chegado a todo tempo ao nosso mandato, aos nossos ouvidos, que é a estiagem que o nosso Semiárido está vivendo.

É algo estarrecedor, presidente. Eu tenho recebido ligações, tenho visitado, pessoalmente, e é cada dia mais grave. E eu imagino que nós estamos – Deus abençoe que não – próximos de vivermos a maior crise hídrica da história. Porque todas as ligações que tenho recebido de vereadores... recebi ainda essa semana do vereador da minha terra, Fagner, do distrito de Salgadália; ontem, do vereador Alex, de Serrolândia; do presidente do sindicato patronal na minha terra também, Conceição do Coité, Cláudio Resedá. Hoje, almocei com o prefeito de Sítio do Quinto, conversei com o prefeito de Coronel João Sá e ficaria aqui citando inúmeros, muitos. E todos relatam a mesma coisa. São locais que não têm condição, deputada Fabíola, não têm onde buscar água, deputada Ludmilla, não têm mais local de captação.

Então o uso dessa tribuna hoje aqui é para implorar, implorar realmente aos nossos governantes. Eu não tenho dúvida da sensibilidade do nosso governador Jerônimo, dos nossos senadores Otto Alencar e Angelo Coronel, que estiveram na minha terra, no Semiárido, na semana passada, e vivenciaram e ouviram pessoalmente do senador Wagner, do ministro Rui e do nosso presidente Lula que conhece muito bem esse tema.

O nosso sentimento agora é de implorar a todos esses para que nós possamos ter – não é para amanhã, é para hoje! – um programa de enfrentamento a essa crise hídrica

que o nosso Semiárido está vivendo. É muito grave. Nós já estamos em algumas áreas dizimando totalmente o nosso rebanho e, em outras, pessoas, seres humanos já estão tendo dificuldades para o consumo de água, para o consumo natural do ser humano, para cozer os alimentos, para tantas outras coisas, para banho, para tudo. E é uma crise sem precedentes.

Nós não temos uma previsão. Pedimos a Deus e rogamos que a chuva chegue hoje, chegue amanhã, o mais rápido possível, mas, não tendo essa previsão, não nos cabe outra alternativa senão apelar, apelar. É o que eu faço aqui, em nome dos nossos eleitores, em nome de todos os baianos e baianas que vivem, principalmente, em mais de 60% do território do nosso estado, do estado da Bahia, no Semiárido. Que possamos ter para hoje um programa de enfrentamento a essa seca, a essa crise hídrica, que é de uma forma lastimável. Talvez, alguns que estão nos assistindo, alguns que estão aqui, não tenham essa sensibilidade de saber...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o que as pessoas, de fato, Sr. Presidente, estão vivendo no seu dia a dia.

Mas a gente espera que, em breve, eu acredito muito no nosso governador e eu tenho certeza de que, nos próximos dias, nós vamos ter por parte do governo estadual e do governo federal, do governador Jerônimo e do nosso presidente Lula, uma resposta imediata para que nós possamos conviver melhor, com...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) menores consequências, com a crise hídrica, com a seca que assola o nosso povo no Semiárido.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a deputada Fabíola Mansur, em permuta com o líder Rosemberg Pinto, para ocupar o tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Nobre presidente, deputado Zé Raimundo, queridas deputadas, colegas deputados, membros das galerias, imprensa, taquigrafia. Quero aqui me associar às palavras do deputado Alex da Piatã. Vivemos uma situação de calamidade em nosso estado em função da crise hídrica, em função da seca e das altas temperaturas, frutos do fenômeno El Niño. Mas o fato de, praticamente, a maioria do território da Bahia, deputado Raimundinho da JR, estar no Semiárido, torna o estado extremamente vulnerável a esses episódios climáticos.

Vivemos, em Mundo Novo, precisamente no Jequitibá, um incêndio ambiental sem precedentes. É uma catástrofe que está tentando ser controlada pelos nossos bombeiros, através do coronel Marchesini que, junto com os esforços do governador em exercício, Geraldo Júnior, levou àquela região – não apenas a Mundo Novo, mas a vários municípios da Chapada – dois aviões, dois helicópteros, mais bombeiros, para tentar controlar o fogo que afeta as nossas populações da região.

Mundo Novo sofre com a falta d'água, com o incêndio ainda descontrolado e já ameaça, no distrito do Jequitibá, em Barra de Mundo Novo, uma tragédia sem

precedentes, com a falta d'água, com a falta de alimentos para animais e, com, também, os sérios problemas de saúde e desabastecimento da população.

Importante, também, frisar que recebemos um grito de socorro do município de Caetité, ontem, através do vereador Jairo. Tivemos uma reunião lá com os deputados federais que vão a Brasília solicitar uma atenção maior com carros-pipa, uma atenção maior com investimentos para aqueles municípios que já decretaram situação de emergência.

Também, em Licínio de Almeida – quero saudar aqui nosso companheiro, engenheiro de pesca, Zé Antônio, e nosso querido Ednaldo, do nosso grupo em Licínio de Almeida –, estão solicitando dos nossos órgãos competentes: a Secretaria da Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e a Defesa Civil, dirigidos, respectivamente, pelo querido deputado Tum, deputado Osni e pelo Heber Santana, que nós possamos trabalhar, deputada Ludmilla, em conjunto com o nosso governador Jerônimo, que chega amanhã, para algo emergencial, um plano de ação emergencial de combate a essa situação e de enfrentamento a essa crise hídrica. Não apenas através de distribuição de alimentos para animais que estão morrendo, mas também distribuição de água para a nossa população, com carros-pipa ou até mesmo “pipinhas”. Quero aqui solicitar que a gente possa fazer uma licitação emergencial para destinar algumas “pipinhas”, que são carros-pipa que são acoplados a um trator, deputado Robinson, que possam amenizar, mitigar, inicialmente, esse drama que nós vivemos.

Muito importante todos os deputados desta Casa... E, hoje, o nosso grupo informal, que se chama G+, esteve visitando o governador em exercício, Geraldo Júnior. E lá, para além da visita institucional, também fizemos esse pleito a ele, que pudesse levar ao nosso governador, sensível à pauta e já tomando providências, já tendo ações concretas para apresentar, mas que possa conseguir a parceria junto ao governo federal para tentar destinar investimentos aos municípios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em situação de emergência.

Por último, presidente, quero convidar todos. Amanhã, vou ter a honra de receber o título de cidadã cachoeirana, por todo amor e trabalho que tenho àquela terra, fruto de indicação do vereador Laelson e do nosso grupo. Tenho certeza de que só reforçará a nossa vontade de seguir trabalhando por Cachoeira. Nosso amor por cachoeira é de longa data, nossa filiação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Cachoeira é de longa data, mas só agora, de direito, a gente vai ter a honra de dizer que somos conterrâneas daquele povo aguerrido, daquele povo heroico, daquele povo que, com certeza, participou ativamente das lutas pela Independência do Brasil na Bahia e, ainda hoje, participa das lutas por igualdade racial, de gênero, por mais oportunidades e por desenvolvimento daquele município.

Obrigada, Cachoeira! Obrigada, vereador Laelson!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia, em permuta com Matheus Ferreira.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, todos que estão aqui presentes, imprensa, venho a esta tribuna, primeiro, falar desse problema da falta, da escassez que nós estamos vivendo. Pelo que dizem as estatísticas, os cientistas, no ano que vem, vai ser bem pior do que agora, ano que vem, 2024, com a questão do El Niño. Na semana passada, Sr. Presidente, tivemos nesta Casa o Inema, que veio apresentar aquele relatório anual das ações com respeito à questão hídrica e à questão da seca.

O Inema esteve aqui, apresentou o relatório, existem recursos e agora nós, como parlamentares, e esta Casa já temos ajudado o governo do estado porque, com o projeto que hoje está em pauta, de quase R\$ 500 milhões, o governo já aprovou nesta Casa mais de R\$ 2 bilhões.

Então já existem recursos para as políticas públicas, para que o governo possa fazer, principalmente se tratando de casos emergenciais, como é a questão da seca, como é a questão dos incêndios que estão acontecendo no Cerrado e a questão da falta de água.

Esse alerta, a parte que os Srs. Deputados podem fazer já está sendo feita. Esta Casa, com esses projetos de hoje, já vai chegar a mais de US\$ 2 bilhões. É muito dinheiro. Então, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de lembrar isso, porque o líder do Governo, Rosemberg Pinto, e a Bancada do Governo têm de acelerar para que as secretarias ligadas à questão hídrica e ao combate ao incêndio, tudo isso tem de estar já em campo porque a coisa já começou a acontecer.

O outro assunto que eu trago aqui, Sr. Presidente, é que ontem, pela tarde, aqui nesta Casa, nós lançamos a campanha do Natal Solidário Pet. Nós já fazemos essa mobilização há 4 anos, neste mesmo período, porque sabemos da importância que é fazermos o gesto de doar alimentos para os animais.

Nesse período, também, da estiagem e da seca, Sr. Presidente, nós precisamos conscientizar as pessoas de que deixar os animais no sol, como eu vi esta semana, quando eu estava indo para Serrinha e vi um cavalo no canteiro, antes de Santa Bárbara.... o cidadão amarrou esse animal de manhã e quando eu retornava, à tarde, por volta de 14 horas, ele estava lá no sol.

Eu tive de parar o carro, pegar dois baldes de água e ele bebeu na hora; chamei um cidadão que mora perto de um restaurante, levei o cavalo para lá, para a sombra, e o amarrei. Inclusive, eu vou até pedir para colocar nas redes sociais. Atravessei aquela pista perigosa com ele e mesmo assim eu fiz o meu gesto. E eu fiz o alerta porque isso também caracteriza maus-tratos aos animais, deixar um animal de manhã, no sol, até às 15 horas, sem água e sem alimento, Sr. Presidente. Então eu não poderia deixar de fazer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esse registro aqui.

Começamos ontem a campanha nesta Casa. Estive em cada gabinete e fui muito bem recebido pelos Srs. Deputados e seus assessores, a quem eu quero agradecer, como

também aos outros gabinetes. Estive na liderança do Governo, na Secretaria da Mesa, no gabinete do meu amigo Rosemberg Pinto e fui muito bem atendido por...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Priscila e, graças a Deus, esse gesto está sendo feito para ajudar os animais das associações aqui de Salvador que precisam dessa ajuda.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu convido o nobre deputado Luciano Araújo para utilizar o tempo de 5 minutos. Não se encontra.

Seguindo a ordem de inscrições, o deputado Júnior Muniz. Não se encontra.

Na sequência, o deputado Rogério Andrade. Não se encontra.

Seguindo, com a palavra o deputado Manuel Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MANUEL ROCHA: Presidente José Raimundo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, servidores da Casa. Primeiro, eu gostaria de dar as boas-vindas à comitiva de Ituaçu, que está aqui representada pelo vereador Marcinho, pré-candidato a prefeito daquela cidade, por Ivanildo e Haroldo, sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia!

Mas, Sr. Presidente, venho aqui para tratar de um tema que tem preocupado toda a Bahia, que é a seca que aflige os baianos, principalmente os baianos que moram no Semiárido, e que tem causado prejuízo aos pecuaristas e agricultores do nosso estado. É uma seca das mais severas que o nosso estado já vivenciou e tem causado sofrimento à população baiana.

Acho que todos os deputados e deputadas têm recebido mensagens dos sertanejos, do povo do interior, relatando o sofrimento. Inclusive, viralizou bastante o vídeo da cidade de Piripá, onde homens e mulheres se ajoelham em torno de uma poça d'água pedindo a Deus a chuva para amenizar essa seca. Mas nós precisamos aqui, na verdade, além da ajuda divina, de esforços do governo do estado que se convertam em ações de combate à seca. Bem verdade é que, até agora, o governo do estado não se pronunciou, não publicou ações de medidas de enfrentamento à seca para atender a nossa gente. Nem o governo do estado, nem o governo federal.

Políticos de todo o estado da Bahia têm se mobilizado, feito reuniões. Inclusive, hoje, na reunião da Comissão de Agricultura, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, se cogitou a ideia de fazer uma audiência pública, deputado Vitor Azevedo, também sugerido por V. Ex.^a, mas nós decidimos não fazer uma audiência pública porque, neste momento, não adianta mais conversar, não adianta mais discutir. O que o povo espera do poder público, do governo do estado e da Assembleia Legislativa são ações e resultados práticos para amenizar, para enfrentar a seca e dar esperança aos criadores, produtores e agricultores do nosso estado.

Então decidimos não realizar audiência pública e solicitamos ao governo do estado uma audiência com governador e com os secretários da Secretaria da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Infraestrutura Hídrica e

Saneamento e Casa Civil, para que o governo do estado possa apresentar o plano de contingenciamento, para que monte um comitê de combate à crise. Alguma coisa precisa ser feita!

O povo do interior da Bahia clama por socorro, pede socorro aos governantes e até agora nada foi feito! Nós, enquanto deputados, representantes do povo baiano, precisamos dar essa resposta. Eu, enquanto presidente da Comissão de Agricultura, da área ligada ao problema, preciso dar um posicionamento. Os deputados e deputadas aqui são comprometidos com o povo baiano.

Então não dá para se combater a seca com a saca do milho custando R\$ 100! Não dá para se combater a seca sem carro-pipa, sem perfuração de poços artesianos, sem um plano que reúna os prefeitos e lideranças da região para que se anuncie aos produtores e agricultores. Os rebanhos estão morrendo, há prejuízos. Muitas famílias dependem tão somente do que a terra dá, da agricultura, da criação, para sobreviver.

O caso é grave, precisa de uma atenção desta Casa e, principalmente, precisa de uma atenção do Executivo, que é quem tem a caneta na mão para apresentar essa solução ao povo baiano. E não adianta dizer aqui que foi inesperado porque as consequências do fenômeno El Niño já estavam anunciadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) há muito e muito tempo. Então parece que o governo dormiu no ponto e dormiu em uma área muito sensível, porque o povo está sofrendo e a gente tem de dar essa resposta. Nós, desta Casa, estamos nos mobilizando e o que nos compete, a força do nosso mandato é cobrar, e iremos cobrar, sim, que o governo do estado, assim como o governo federal, possa dar a resposta ao povo baiano.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E o movimento é suprapartidário, independente de posição política, porque o povo baiano espera e precisa dessa posição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Penalva para utilizar o tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

Em permuta, com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, galerias, imprensa, eu venho aqui, mais uma vez, externar para esta Casa a minha preocupação com a grave seca que atinge o território baiano, uma seca que há muito tempo não existia neste estado.

E venho, mais uma vez, cobrar do governo do estado para que possa instalar um comitê de enfrentamento à crise, para que possa realizar ações integradas com o governo federal, com as entidades de classe, com a UPB, com a Faeb, com os produtores, para amenizar o sofrimento da população baiana. Essa seca está em todo o território baiano, causando um lastro enorme de queimadas, incêndios, morte de

animais, trazendo prejuízos inestimáveis para a agricultura baiana, prejudicando os agricultores, os pecuaristas, prejudicando a todos.

E a gente ainda não viu um planejamento, uma ação concreta do governo do estado para amenizar o sofrimento dos baianos. A gente não viu nenhuma ação integrada, ou seja, o governo estadual é aliado do governo federal e por que não uma parceria com a Conab para colocar o milho a um preço justo? A saca do milho, deputado Eduardo Salles, já está custando mais de R\$ 80! Quem aguenta? As pessoas não têm dinheiro para comer, quanto mais para comprar um milho a R\$ 80. Então, é precisa uma ação integrada, é precisa uma ação do governo do estado para que se tome essa situação, se coloque essa situação, como prioridade absoluta do governo hoje.

Eu queria falar que já tem alguns estados que colocaram o comitê de ações para o enfrentamento da seca, e a gente aqui, infelizmente, ainda não tem essa atenção do governo do estado. Esta Casa também poderia contribuir para que a gente pudesse, de alguma forma, ajudar a amenizar o sofrimento dos baianos e dos municípios.

Eu lembro bem, deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a que é um deputado atuante e conhece bem esta Assembleia, que, no período pandêmico, esta Casa Legislativa fez os decretos de emergência. O prefeito, a prefeitura, apresentava a justificativa, se colocava no diário oficial, e nós votávamos o decreto estadual de emergência.

É preciso, também neste momento, que esta Casa vote esses decretos de emergência, os decretos estaduais, da mesma forma que era votado no período pandêmico. Para quê? Para agilizar o processo dos decretos de emergência no estado, para que as prefeituras possam receber os recursos e amenizar os prejuízos causados pela seca.

Então, fica aqui mais uma vez a minha cobrança, mais uma vez a minha cobrança ao governo do estado: vá agir de forma prioritária em relação à situação da seca, vá agir para que a gente não continue mais a sofrer como a gente está sofrendo.

Eu me lembro que em 2013, deputado Eduardo Salles, não me lembro quem era o secretário de Agricultura na época, nós tivemos uma seca não tão forte quanto essa, e naquele período foi feito, entre o governo do estado e o governo federal, uma parceria com a Conab para que o milho fosse vendido com preço mais barato para a população.

E eu pergunto: por que não foi feito isso? Por que não foi planejado? A previsão do El Niño já está aí há muito tempo, há mais de 6 meses que a gente ouve falar que viria uma seca grande com o El Niño, mas não teve o planejamento, o planejamento necessário para amenizar essa situação terrível que é a situação da seca que se alastra em todo território baiano.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu queria aqui me associar ao deputado Manuel Rocha, presidente da Comissão de Agricultura, e me associar ao deputado Eduardo Salles, presidente da Comissão de Infraestrutura, para que possamos ter uma audiência com o governo do estado, com o governador Jerônimo. Queremos, de forma conjunta, suprapartidária, mostrar o que está acontecendo e pedir ao governo que ele se mobilize para as ações necessárias, para amenizar esse período tão difícil para os baianos e baianas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Pedro Tavares.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Eures Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, nobres pares, venho aqui também somar, meu colega Pedro e tantos outros colegas, deputado Eduardo Salles, somar a minha fala de preocupação com a questão da agricultura na Bahia e com a seca que assola o interior do estado, principalmente a Região Oeste, mas também várias outras regiões.

A seca nunca foi tão feroz, Sr. Presidente, como está neste momento. E é preciso, sim, ações severas do nosso presidente da República, do governo federal e do governo do estado da Bahia para socorrer os produtores, principalmente os pequenos produtores da agricultura familiar. Não tem como nós continuarmos assistindo ao gado morrendo, à lavoura desaparecendo e aos produtores se endividando cada vez mais, perdendo seu patrimônio, perdendo a sua estrutura.

Sei, Eduardo Salles, do seu compromisso com a agricultura na Bahia e o de tantos outros colegas aqui, é importantíssimo nós realizarmos alguma ação nesta Casa, nós realizarmos algo que venha gritar em prol dos produtores do interior da Bahia, que não aguentam mais.

Aonde eu fui, nesse final de semana, na minha região, no Oeste da Bahia, havia produtores gritando, “Deputado, fala da seca, deputado, pede socorro por nós!”, os pequenos produtores do interior da Bahia que sofrem com uma das piores secas da história deste estado.

Portanto, venho aqui, como muitos deputados já fizeram, conclamar ações do governo do estado da Bahia e ações do governo federal para socorrer os pequenos produtores que sofrem com uma das piores secas da história deste país e da história deste estado, que precisam, sim, da mão de quem pode ajudar, e a mão de quem pode ajudar é dos governos, dos governantes.

O governo do estado da Bahia e o governo federal têm, sim, que apresentar medidas que possam amenizar e socorrer os produtores que sofrem, repito, com uma das piores secas do estado da Bahia, de toda sua história.

Todo o rebanho bovino está desaparecendo, não há mais alimento, não há mais água, não há mais estrutura, e os produtores não suportam mais. É um grito só que toma conta da Bahia inteira, de todo o interior, e o grito é por solução, o grito é por ações, ações que possam vir socorrer os produtores, os pequenos produtores, principalmente da agricultura familiar, que passa por um momento tão terrível e triste em todo o estado da Bahia.

Venho aqui nesta tribuna somar a minha voz com tantas vozes, deputado Manuel Rocha. Como ouvi o seu pronunciamento, um deputado também votado naquela região mais atingida pela seca, que é o Oeste da Bahia, venho para gritarmos com voz coletiva.

Tem que haver medidas de socorro ao pequeno produtor neste momento porque as previsões de chuvas não são satisfatórias para a agricultura na Bahia, e nós temos que ter, sim, um programa de apoio à agricultura neste momento, tanto do nosso governo do estado da Bahia, porque eu confio e acredito no governador Jerônimo, como do governo federal. Que possam vir socorrer os produtores neste momento crítico da seca que assola todo o interior da Bahia.

Quero aqui, Sr. Presidente, conclamar ações desta Casa, ações dos deputados, de forma conjunta, para podermos gritar por elas em prol da reparação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da seca no nosso estado da Bahia. Os produtores não aguentam mais, os gados estão morrendo, a seca está acabando com tudo por onde passa no interior, e nós precisamos de políticas afirmativas, tanto do governo federal como do governo estadual, para socorrer os produtores e as produtoras do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o próximo orador... Eu estava no gabinete em reunião, ouvindo e vendo os pronunciamentos de vários deputados, e vi por último o do deputado Eures.

Deputado Eures, é um absurdo, é um absurdo o que está acontecendo aqui no nosso estado. Gastam-se milhões com festa, e não se tem dinheiro para um carro-pipa, não se tem dinheiro para um cano. Inacreditável! Inacreditável! A Bahia em calamidade, com o governo federal, e não se tem dinheiro.

Prefeitos, lideranças, todos, todos os dias, praticamente, mendigando água, e não se tem dinheiro para uma necessidade básica, para dar 5 horas de limpeza a uma pequena barragem, para um carro-pipa, como se tinha com o programa do Exército, e o presidente anterior, o Bolsonaro, também acabou, mais uma das suas loucuras.

Eu falei – claro, eu sou apenas uma voz – com o ministro Rui Costa há algum tempo, até porque não justifica, nós temos institutos de meteorologia, e as previsões de chuva e de seca são precisas, então, isso ninguém... não se pode dizer que ninguém sabia que iria acontecer. Quase já acabando o ano, a uma altura dessa, a Cerb... o que o presidente da Cerb disse é que não tem Orçamento, que não tem R\$ 1 para fazer nada.

Eu acredito que todos os deputados aqui... Independentemente de política, de partido, se trata de abastecimento de água. Então, a gente espera que o governador, ao chegar de viagem, tente medidas concretas de imediato, até porque os animais que estão morrendo não vão esperar, não dá para esperar. Calamidade! Infelizmente é triste essa situação.

Agora, em pleno São João, tinha municípios que não estavam nem querendo banda, de tantas bandas que estavam sendo oferecidas, um festival, literalmente, um festival de bandas em toda a Bahia. Quer dizer, dinheiro para água não tem. É vergonhoso, isso é o que eu tenho a falar, infelizmente alguns não gostam de meu pronunciamento, mas essa é a triste realidade pela qual nós estamos passando. (Palmas)

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Presidente, não é São João, é Réveillon.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, eu estou falando o que foi feito há poucos dias nas festas de São João, é porque o tempo está passando rápido, a gente já está no Natal, eu acho que já estão pensando em gastar com Réveillon, mas foi nos festejos de poucos dias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo orador inscrito é um deputado que deve estar passando por muitos problemas, até porque ele tem 200 mil cabeças de gado. Tudo bem que as fazendas são perto do Rio São Francisco, mas não sei quem não está tirando os cabelos... Deputado Tiago Correia com a palavra.

Imagino o que Tiago está passando, 200 mil cabeças, deputado Cafú.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde, nobres colegas. Sr. Presidente, não poderia deixar de subir a esta tribuna para me associar às palavras de V. Ex.^a e de tantos outros colegas que trazem a problemática da seca que atinge não só o nosso estado, mas todo o Nordeste, que está sofrendo os efeitos desse El Niño, um dos mais potentes dos últimos anos.

Agora, como bem diz V. Ex.^a, um fenômeno conhecido, anunciado, todas as previsões feitas, e nós não vimos ainda medidas concretas tomadas pelo governo do estado.

Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, já que estou tratando de um problema que atinge toda a população baiana e principalmente a agricultura, para dizer que eu tenho que reconhecer, mesmo sendo um deputado da Bancada da Oposição, o trabalho das comissões de Infraestrutura e de Agricultura desta Casa.

Estivemos no Inema na semana passada, em uma reunião com a Maria Amélia, com o chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, André Ferraro, e outros técnicos daquele órgão, o Altamirano Vaz, o Zoltan Romero, que nos deram uma aula, deputado Pedro Tavares, sobre o problema da região de Irecê, mais especificamente, da cidade de Lapão, onde existe um mapeamento das dolinas.

Fruto da pesquisa desse órgão, e aí eu quero me render àqueles servidores do Inema pelo belíssimo trabalho que fazem, deputado Pedro, por conta desse trabalho científico de levantamento, autorizaram novamente a abertura de poços artesianos naquela região, fora do perímetro urbano. Entenderam que essas dolinas não se comunicam e que a perfuração dos poços para os irrigantes e para a população não prejudicaria a cidade.

E eu queria dizer que deveríamos ter mais órgãos nesse governo do estado como o Inema, mas o que vemos é uma Adab totalmente sucateada e uma secretaria da Agricultura despreparada. Neste momento de seca, não ouvimos nenhuma medida da secretaria para minimizar os impactos sobre os produtores rurais, principalmente os pequenos, Sr. Presidente.

Muitos deles hoje passam sede, são diversos distritos do nosso estado sem água para consumo dentro das casas, e nós vimos, como eu falei, uma discrepância dos órgãos, não sei se, talvez, por conta dos dirigentes ou se por conta de um direcionamento do governo.

Mas em um órgão como o Inema, no qual eu queria estender os parabéns a Amélia e a todos os servidores, deputado Eduardo Salles, nós tivemos uma aula de competência, de dedicação, é um órgão estruturado, enquanto nós temos uma Adab sucateada e uma secretaria da Agricultura, da qual V. Ex.^a já foi secretário, que hoje não sabemos a que se presta. Como eu disse, uma tragédia anunciada, e nenhuma medida foi tomada, até então, pela secretaria nem pelos demais órgãos do governo.

Então, nós subimos nesta tribuna para nos associar a todos os deputados que trouxeram a sua preocupação com a problemática da seca, dizer que é um problema urgente, que não existe ainda indicativo de chuva, pelo menos, em um período próximo, Sr. Presidente, então, o problema vai se agravar.

O que nós esperamos é que o governo realmente tome medidas enérgicas, deputado Pedro Tavares, instale o comitê que V. Ex.^a sugeriu para que, de fato, os impactos desta seca possam ser minimizados, e a população baiana sofra menos do que vem sofrendo. É isso que eu trago.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente com o professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Inclusive, grande deputado Zé Raimundo, claro que aí não é culpa do governo, é a questão climática, soube agora, à tarde, que a sua cidade, a maior da Bahia depois de Feira de Santana, vai entrar em pré-colapso daqui a poucos dias em relação ao abastecimento de água se não houver a chuva. Essa é a situação que nós estamos atravessando.

Pois não, com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, Adolfo Menezes, colegas deputados e deputadas, felizmente as manifestações de ontem e de hoje, nesta Casa, demonstram que os nossos parlamentares, as nossas deputadas e os nossos deputados, estão com os pés na estrada, com os olhos nos horizontes, olhando para os céus e conversando com as pessoas. As falas e os testemunhos aqui apresentados são um verdadeiro diagnóstico em relação à situação da seca, da estiagem, na Bahia...

O Sr. Paulo Rangel: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Darei o aparte oportunamente, deputado.

(...) Por isso, eu gostaria de parabenizar todos os deputados por esse compromisso, por esse conhecimento in loco em cada região, em cada município, com relação à estiagem.

Também, Sr. Presidente, ontem, nós ouvimos aqui, na verdade desde a semana passada, algumas sugestões, algumas propostas, algumas ideias para que os poderes

públicos, o estado da Bahia, a União possam intervir, o mais breve possível, com medidas para mitigar, para amenizar essa situação que vem se acentuando.

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar que, infelizmente, esse é um problema estrutural histórico do nosso país. Lembro-me que, ainda jovem, li aquele querido romance, simpático romance, mas, ao mesmo tempo, penoso, que é O Quinze, de Rachel de Queiroz, em que ela retrata a situação da seca do Nordeste em 1915.

Se nós recuarmos também lá para o século XIX, o imperador Dom Pedro II já se preocupava com a seca, constituiu comissões, delegou inspetores, e, já na República, o Estado brasileiro, não mais Dom Pedro II, criou... Já tinha vindo a República, mas os estudos, ainda do Império, apontavam para necessidade de uma intervenção estatal, de um órgão público que cuidasse do combate, na época era assim chamado, “combate às secas”.

Em 1909, foi criada a inspetoria nacional, digamos assim, para cuidar desse problema, e 10 anos depois, 8 anos depois, se transformou em um departamento nacional, aí, sim, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e nós tivemos momentos dramáticos.

Disse ontem que o nosso grande compositor, Elomar Figueira, tem várias óperas tratando dos retirantes, tratando das secas, isso está no imaginário do Nordeste brasileiro. Luiz Gonzaga, grandes compositores retrataram isso esteticamente em suas obras, mas, efetivamente, o Estado brasileiro teve, em alguns momentos, uma lucidez.

Por exemplo, logo após a 2ª Guerra Mundial, importantes ações foram feitas, inclusive, a criação da Sudene, a criação de vários órgãos para poder debelar... a Comissão do Vale do São Francisco, que depois se transformou na Companhia do Vale do São Francisco e hoje virou, a gente sabe, essa empresa que também pega o Piauí, esse órgão que cuida do São Francisco e do Piauí.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de mostrar que os estudos, as análises sociológicas, trazem documentos, trazem evidências de que, ao lado do problema climático, ao lado do problema da falta de chuvas, tem também a estrutura fundiária, a estrutura de poder perversa, que, ao longo dos séculos, concentrou renda, concentrou poder, não distribuiu terra, a reforma agrária não foi feita, e não cuidaram dos mananciais. E hoje, evidentemente, nos últimos anos, vivemos com esse drama.

Mas, em se tratando deste momento que é vital, com o qual os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas estão bastante preocupados e preocupadas, eu tenho certeza de que nós haveremos de superar.

Quero aqui... Eu vou conceder um aparte inicialmente ao companheiro Paulo Rangel, em seguida, ao companheiro Eduardo Salles e, depois, a Fátima.

Mas, só para concluir esse meu raciocínio, nos últimos anos, algumas medidas que deveriam ser tomadas foram congeladas. Por exemplo, a questão do milho, da Conab, como eu diria, do estoque de produtos.

O governo anterior, que Lula sucedeu, praticamente abandonou essa política de estocagem de alimentos e de sementes, mas o presidente Lula voltou, a esperança voltou, este foi um ano de arrumação, e o governo Jerônimo Rodrigues, agora, em 27

ou 28, antes de viajar para o Oriente Médio, constituiu uma comissão intersetorial para tratar desse assunto. Ele deve estar chegando de hoje para manhã, e eu tenho certeza de que ele vai se debruçar, junto com o seu secretário, para acelerar, Sr. Presidente, algumas medidas.

Na quinta-feira de manhã, o ministro Paulo Teixeira estará em Vitória da Conquista, onde nós realizaremos uma feira de agricultura familiar. Na verdade, é uma emenda parlamentar de Waldenor e minha, infelizmente nós queríamos fazer essa feira com mais abundância e com mais alegria, com mais produtos, mas a estiagem veio.

De qualquer sorte, nós vamos manter a nossa feira, e o ministro Paulo Teixeira estará lá recebendo também os prefeitos e os movimentos sociais. Já há um movimento no sentido de apresentar a ele um documento pontuando algumas medidas em defesa da agricultura familiar.

Também estarão presentes lá a Embasa, a Cerb, convidei pessoalmente o presidente da Cerb, pessoalmente a diretoria da Embasa, os órgãos todos para que a gente possa debater com os movimentos sociais essas medidas.

Então, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que esta Casa, de forma plural, de forma coesa, junto com o governador, junto com os nossos senadores, nossa bancada federal, todos nós iremos encontrar uma urgente linha de ação para mitigarmos e diminuirmos... Mas eu concedo a palavra ao nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: Eu agradeço, deputado Zé Raimundo, eu agradeço o aparte de V. Ex.^a e quero parabenizá-lo não só pelo discurso, atacando uma situação que, mais uma vez, se dá de forma muito veemente aqui, no Nordeste, porém, dessa vez, também atingindo o Norte do país... Mas V. Ex.^a tratou dessa questão levantando todo o histórico, e um histórico, inclusive, de preocupações que advêm do Império, desde Dom Pedro II.

Infelizmente essa é uma situação que se repete, e o incrível é que, quando se repete, a gente, infelizmente, termina notando que existe uma falta de planejamento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para enfrentar esta situação como nós deveríamos enfrentar.

Não se trata mais de ações voltadas apenas para combater a seca, nós temos que ter ações estruturantes que possibilitem uma vida digna e principalmente a convivência do homem do campo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com a seca, que sempre vai estar presente no nosso cotidiano devido ao fato de nossa região ser muito árida.

A Comissão de Agricultura hoje, inclusive, se reuniu. Infelizmente não deu quórum, mas fez uma reunião informal, e o nosso presidente Manuel vai solicitar uma audiência ao governador Jerônimo para tratar, exclusivamente, dessa situação.

Sabemos nós que o governo está atento, sabemos, inclusive, que foram os nossos governos, a partir do governo Wagner, que combateu, estruturalmente, essa situação, a falta de chuva, a falta de recursos hídricos, por meio de ações estruturantes, a exemplo do Programa Água Para Todos, onde nós investimos mais de R\$ 3 bilhões.

Mas eu entendo que é preciso, neste momento, ações mitigantes, ou seja, ações emergenciais emergentes e muito urgentes. Elas têm que surgir de forma urgente e têm que se dar em dois flancos, tanto atacando a situação da falta de água como a situação também da falta de ração para os animais. Não dá, por exemplo, neste momento, para a Conab ainda estar fornecendo o milho a R\$ 20, esse preço tem que ser revisto com muita urgência.

Mas está de parabéns, V. Ex.^a, pelo excelente discurso que foi feito, eu espero que essa situação seja vista, no momento, como uma situação prioritária a ser tratada pelos nossos governos, tanto o governo federal como o governo estadual e os municipais, é claro, que são os que mais padecem com essa situação, quem mais carece de apoio.

Muito obrigado, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Eu que agradeço, nobre deputado, e incorporo o aparte de V. Ex.^{as} nas atas.

O Sr. Eduardo Salles: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Por favor, Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Deputado Zé Raimundo, deputado Paulo Rangel, colegas deputados presentes nesta sessão, eu ouvi atentamente a fala de todos os deputados, deputado Zé Raimundo, e pedi este aparte porque hoje nós tivemos uma reunião de oito deputados com o governador em exercício, e a pauta dessa reunião foi exatamente a questão da seca.

Nós agora não temos que ficar buscando culpados, nós temos é que realizar ações efetivas, ações rápidas, que deem resultado imediato. O momento é de desespero no interior da Bahia, a situação é dramática.

Eu confesso a vocês que, após muitos anos dentro da agropecuária, eu nunca vi, em uma velocidade tão grande, o desespero tomar conta do interior da Bahia. E, desta vez, diferentemente de outros momentos, deputado Zé Raimundo, nós temos aqui o estado inteiro em situação de calamidade.

Estivemos, na semana passada, com a deputada Cláudia Oliveira no Extremo Sul da Bahia, e, acredite, no município de Eunápolis estava pegando fogo nas pastagens das fazendas. Então, é uma situação inédita, a Bahia inteira passa por este momento, há animais morrendo em todos os cantos. Qual é a saída? Qual é a objetividade que nós temos que ter? Primeiro, celeridade, na minha visão, nos processos de indicação de emergência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Foi falado aqui pelo deputado Pedro, foi falado por outros deputados sobre a questão da emergência municipal, estadual e federal, isso dá um arcabouço legal para o município ir buscar recursos.

Segundo ponto, comida. Nós precisamos urgentemente. Uma saca de milho está a R\$ 100 em Vitória da Conquista e região, em municípios próximos de lá, deputado Zé Raimundo, R\$ 100! O preço do milho, venda balcão, em três armazéns que tem na Bahia, que não têm estoque praticamente, está a R\$ 60...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a compra também não é viável, deputado Zé Raimundo. Nós precisamos de uma... de os ministérios, de três ministérios fazerem uma publicação que permita o subsídio imediato ao milho para termos o milho vendido a R\$ 20,00, a R\$ 30,00 a saca para minimizar esse problema.

Precisamos do apoio, como tivemos de diversos outros agricultores, de diversos outros cantos, para fornecer alimentos para os animais; precisamos de recursos emergenciais; precisamos que o governo libere carros-pipas, tubulações, tanques, aguadas imediatamente, deputado Zé Raimundo, para fazermos com que se tenha água para a dessedentação animal e para o consumo das comunidades. Precisamos dessas ações enérgicas e imediatas. Os bancos precisam entender que eles não podem cobrar de quem não pode pagar neste momento, tem que suspender imediatamente os pagamentos aos bancos e liberar imediatamente uma linha de crédito emergencial.

Queria, aqui, dizer que nós solicitamos ao governador em exercício uma audiência com o governador Jerônimo, que chega esta noite. O vice-governador, governador em exercício, nos prometeu que amanhã de manhã...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado

O Sr. Eduardo Salles: (...) tomará café da manhã com o governador Jerônimo e nos dará o retorno sobre a possibilidade de todos nós fazermos sugestões para que tenhamos resposta imediata em relação a esse assunto.

Muito obrigado, deputado Zé Raimundo, pelo aparte.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado, deputado Eduardo.

A Sr.^a Fátima Nunes: Um aparte, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Professor Zé Raimundo, só 1 minuto.

Eu solicito à equipe do som para ver o que está acontecendo, porque alguns microfones estão dando microfonia e o som não está saindo muito bem, como o microfone do deputado Eduardo Salles.

Informamos a visita à Casa dos estudantes do Colégio Estadual Doutor Ailton Pinto de Andrade, do bairro do Lobato. Sejam bem-vindos. (Palmas)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Eu incorporo o aparte do nobre deputado Eduardo Salles e concedo um aparte à querida líder do nosso partido, do PT, Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes: Meu caro deputado, colega deputado Zé Raimundo, de Vitória da Conquista, caros colegas aqui, nesta sessão da tarde, eu tenho ouvido a população e ouvi também os nossos colegas aqui, agora.

Talvez o que eu queira complementar em seu discurso não seja tão necessário dado o grito de clamor. Mas eu queria lembrar que não é de agora que a natureza demonstra que vai haver crises. Por quê? Porque no desejo de obter lucros... O nosso Semiárido por si só já tem chuvas irregulares, e a tendência vem sendo de piorar ao longo desse tempo porque o desmatamento vem tomando conta porque as pessoas, os grandes latifundiários, os empresários que querem obter muito lucro com suas culturas, seja da soja, do milho em nosso Sertão, praticamente derrotaram, detonaram todas as

florestas. Então, a chuva já era escassa e a escassez se ampliou muito mais, aumentou muito mais.

E por mais que a ciência e a tecnologia tenham desenvolvido várias formas de sobrevivência na natureza, ainda não aprendemos e nem sabemos fazer chover e nem fazer a água brotar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Os longos lençóis freáticos que temos no nosso Semiárido estão todos abaixo da sua potência pela sucção exagerada, seja pelas cervejarias, seja...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelas irrigações, seja por tantas formas de se obter a água no planeta. Então, agora que a crise aumentou – porque a gente teve 8 anos de chuvas, ainda que fossem um pouco irregulares, mas sempre chovendo bastante – a gente vai penar um pouquinho.

E as tecnologias que o nosso presidente Lula iniciou, quando entregou à população 1,5 milhão de cisternas de domicílio, foram interrompidas. Além disso, também foram tiradas as bicas para guardar a água da chuva. Então, agora é clamar e lutar para fazer acontecerem as novas políticas.

Obrigada.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado, Fátima Nunes. Deputada, incorporo o seu aparte.

E, para concluir, esses depoimentos, esses apelos e essas propostas sinalizam claramente que a concepção liberal de estado não serve. Nós precisamos de um estado forte. E todos aqui foram unânimes em defender a ação do estado, do estado da Bahia, do município, da União, para que equacione, planeje e aja diante dos fenômenos.

E só um Estado de bem-estar social, só um estado que tenha, realmente, recursos, tenha ferramentas de políticas públicas, só esse estado pode combater essa situação dramática.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço pelos apartes. Tenho a certeza de que o nosso governador Jerônimo Rodrigues, juntamente com os seus assessores, com os seus colaboradores, irá encaminhar uma solução a contento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo ou ao do PSD, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, falará, pela metade do tempo, o deputado Robinson Almeida; e na outra metade, a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 4 minutos o deputado Robinson; e 4 minutos, Olívia.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ocupantes das galerias, profissionais de imprensa que acompanham esta sessão ordinária na

Assembleia. Esse tema, hoje, pautou os nossos debates. Realmente, a seca que o Brasil experimenta neste ano é de uma intensidade e de uma gravidade talvez nunca vistas. Nós assistimos a ondas de calor, provocando recordes de temperaturas em várias cidades e estados brasileiros. Nós assistimos, com o coração pesado, a seca na Amazônia, especialmente, rios caudalosos completamente secos, devastados pelo fenômeno do El Niño. E tudo isso é reflexo da ação humana, de 250 anos do capitalismo industrial. Desde o advento da revolução industrial na Inglaterra que o homem tem atacado os recursos naturais do planeta de forma impiedosa. A extração dos combustíveis fósseis para alimentar a indústria fez com que a elevação dos níveis de carbono produzisse essa elevação de temperatura no planeta, geleiras perdendo a sua formação, o aumento da temperatura das águas no Oceano Pacífico, criando esse fenômeno El Niño, de repercussão mundial, e a seca que nós vimos no semiárido baiano, no interior da Bahia.

Eu estive em Antônio Cardoso, na quinta-feira passada, é devastadora a situação, a completa destruição de toda a vegetação, praticamente só temos terra. E além disso, há escassez de água para o consumo animal e já foi identificada a morte de vários animais, inclusive vários bovinos, mortos por ausência de alimentação.

Realmente, a situação é crítica. O governo do estado está acompanhando, tem um grupo de trabalho montado, liderado pelo governador. Antes de ele ir em viagem, em missão oficial para Dubai e para a Alemanha, ele se reuniu com esse grupo de trabalho, liderado também pela Casa Civil, tendo reuniões planejadas com o governo federal, ações emergenciais providenciadas para que a gente possa conviver com esse período com um sofrimento menor.

A infraestrutura hídrica que foi montada ao longo dos últimos anos pelo governo do estado, com limpeza de aguadas, com construção de barragens, com a ampliação da rede de água no interior do estado, vai minorar a situação. Além da infraestrutura social para que as pessoas possam ter renda, as pessoas tenham a possibilidade de se manterem de pé mesmo que tenham dificuldades na atividade produtiva.

Então, esse é o momento da Bahia se unir, assim como nós nos unimos para enfrentar a fome, e o Programa Bahia Sem Fome tem levado alimento para as mesas dos baianos. Nós temos todos, deputados, independentemente do partido político, que nos unirmos, enquanto instituição, e nos somarmos ao governo do estado, ao governo federal e a um...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mutirão de ações para minorar os efeitos da devastadora seca deste ano, que promete continuidade nos próximos anos. Creio que essa é a nossa tarefa, esse é o nosso papel, apoiar todas as ações do governo, estar ao lado dos produtores, estar ao lado da agricultura familiar, estar ao lado das famílias baianas neste momento de grande dificuldade, que nós vamos enfrentar e vamos vencer mais uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosenberg, líder, quer o outro tempo?

O Sr. Robinson Almeida (fora do microfone): Passe para mim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador?

O Sr. Rosemberg Pinto: É a deputada Olívia Santana.

O Sr. Robinson Almeida (fora do microfone): Eu continuo. Olívia não está.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós realizamos nesta Casa, na manhã de hoje, uma importante audiência pública com as pessoas com deficiência na área do esporte. O Brasil tem 18,7 milhões de brasileiros que têm alguma deficiência, seja uma deficiência visual, seja uma deficiência auditiva, seja uma deficiência de locomoção, e essa população precisa de políticas públicas para a sua inclusão social, seja na educação, seja na saúde, seja na acessibilidade, seja no mercado de trabalho, porque são seres humanos portadores de direitos iguais a todos os outros que são considerados normais. Porque o poeta Caetano já disse que de perto ninguém é normal. E a gente tem que trabalhar com essa diversidade, com essas diferenças, e entender que essas pessoas, brasileiros e brasileiras, merecem ter um atendimento digno pelo Estado brasileiro, seja nas políticas públicas de educação, de saúde, particularmente no esporte.

O Comitê Paralímpico Brasileiro esteve presente, presente também a Sudesb, e nós nos comprometemos em fortalecer essa agenda porque o esporte é um fator de inclusão social para todos, inclusive para as pessoas com deficiência.

Agora, no último Pan-americano, realizado no Chile, o Brasil novamente foi o campeão, batendo recordes em medalhas, preparando-se para, no ano que vem, a Paralimpiadas em Paris. Nós temos que fortalecer essa estrutura do esporte para que nossos atletas possam representar a Bahia, possam representar o Brasil, e lá mostrar que uma pessoa com deficiência pode alcançar espaços importantes na sociedade. Precisamos, aqui, fortalecer essa rede de apoio.

As escolas estaduais recém-inauguradas, escolas de tempo integral, hoje, já contam com equipamentos como piscina semiolímpica, como quadra poliesportiva, como pista de atletismo, espaços para essas pessoas com deficiência poderem usar e também desenvolverem as suas atividades, para além dos nossos estudantes da rede estadual.

Então, creio que essa é uma agenda contemporânea uma agenda muito importante. Eu falo de 18,7 milhões de brasileiros, quase 10%, ou mais de 10%, da população para quem a gente tem que ter a sensibilidade no tratamento, dando a eles a oportunidade da inclusão social plena nas suas atividades como cidadão.

Mas, Sr. Presidente, também eu quero registrar e agradecer aos deputados da Comissão de Infraestrutura que hoje aprovaram um requerimento de minha autoria, convidando o novo presidente da Coelba para vir aqui e prestar esclarecimentos. Como todos sabem a Coelba é bicampeã em queixas dos consumidores no Procon, é uma péssima prestadora de serviços públicos na área de energia e tem uma concessão até 2027. Nós não podemos permitir que essa concessão seja prolongada se a Coelba não mudar sua atitude em relação aos interesses da Bahia e dos baianos. Vários segmentos produtivos estão desassistidos, porque a Coelba não desenvolve as linhas de subtransmissão; o Oeste vive um apagão porque a Coelba não faz o seu dever de casa, não faz a sua parte; várias agroindústrias paradas, vários negócios sem serem

efetivados porque essa empresa não cumpre a sua missão no monopólio privado que exerce. Nas cidades há queixas generalizadas de queda de tensão, de perda de equipamentos, de problemas com a conta de luz, e a Coelba, em vez de ampliar os serviços, melhorar o seu atendimento, faz a diminuição dos seus escritórios, dos seus pontos regionais de atendimento.

Então, é inaceitável, é inaceitável que a Coelba continue prejudicando aos baianos. Nós convidamos o presidente para vir aqui, o novo presidente, e explicar por que tanto maltrato ao povo baiano. E cobrar também da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, reguladora da oferta desse serviço, que cumpra o seu papel de fiscalizar e punir a empresa, porque muito da situação da Coelba é porque ela fica no conforto de não ser admoestada pelos poderes reguladores. Não presta o serviço e não tem quem faça uma multa, quem faça ela cumprir suas obrigações.

Mas creio que esta Assembleia não vai deixar de cumprir o seu papel de fiscalizar a prestação desse serviço e vai continuar cobrando que a Coelba cumpra suas obrigações...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

(...) e leve energia de qualidade para a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupo esta tribuna aqui para falar, primeiro, sobre a Conferência Estadual de Educação. Ontem, nós participamos do encontro de abertura, do momento em que as representações políticas ocuparam o centro, no sentido de estabelecer compromissos em relação à qualidade da educação no estado e o compromisso da defesa das possíveis emendas que estão sendo aprovadas na conferência estadual.

Nós tivemos um debate muito caro, Sr. Presidente, que foi o debate sobre o financiamento da educação. Hoje, nós temos uma situação em que metade do nosso orçamento, praticamente, vai para banqueiro. Essa dívida pública, composta por dívida interna e dívida externa, é algo completamente cifrado. A população não tem acesso, a sociedade civil e nem o Congresso Nacional conseguem ter consciência do real significado dessa dívida, o quanto existe, deputada Ludmilla, de manipulação dos números em relação a isso. O Brasil está completamente refém, hoje, da especulação financeira, como eu disse, repassando quase metade dos recursos do seu orçamento para esse esquema que, para nós, não é um sistema da dívida pública, é, como diria Maria Lúcia Fatorelli, um sistema de fraude histórica que vem sacrificando o povo brasileiro, tirando dinheiro da saúde, da educação, da moradia, da Previdência e assim por diante.

Então, uma das emendas que, com certeza, será aprovada hoje para ser levada para a conferência nacional é um posicionamento da educação brasileira pela auditoria

cidadã da dívida pública. Isso é incontornável. Além de discussões sobre o imposto progressivo para a educação, o debate sobre o pré-sal, enfim, são elementos. Mas especialmente o lucro dos banqueiros no Brasil que, inclusive, na época da pandemia, lucraram muito, deputado Robinho. Eles ficaram lá em cima e o povo passando fome. Enquanto a base se alargava na fome, na miséria, na linha abaixo da pobreza, nós tivemos um aumento dos bilionários do Brasil, especialmente dos lucros bilionários dos bancos aqui, em nosso país. É inaceitável, isso precisa ser revisto. E eu queria, aqui, marcar essa posição.

Além de todo debate que foi feito com a presença de figuras, personalidades como o Daniel Cara, um professor que hoje tem um papel importantíssimo na afirmação da Campanha Nacional da Educação, e as representações locais: o Fórum da Educação, o Fórum da Educação Infantil, a APLB, o coletivo de coordenadoras e coordenadores pedagógicos do município de Salvador, coletivo de professores e professoras.

Então, foi um grande evento. E nós temos a expectativa de passar a limpo a situação da educação em nosso país e fixar objetivos para o Plano Nacional de Educação e que sejam objetivos ousados porque o Brasil necessita disso.

Por falar em necessidades, Sr. Presidente, eu participei hoje, pela manhã, da manifestação pelo piso... Ah! Eu queria marcar também que, na Conferência Estadual, há a discussão sobre o desrespeito ao piso nacional da educação. Por falar em piso nacional, hoje, pela manhã, nós tivemos uma grande manifestação da categoria da enfermagem. A totalidade dos setores da enfermagem, que hoje é uma das maiores categorias do Brasil, estava na frente do Shopping da Bahia fazendo uma grande manifestação. Eles caminharam até o Centro Administrativo, fizeram manifestação na frente da PGE, da Governadoria e, por fim, da Secretaria da Saúde.

Sr. Presidente, é inaceitável que, depois de se fixar na Constituição o direito ao piso nacional da enfermagem, deputado Cafu...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) depois dos movimentos sociais, através da relação com o conjunto de deputadas e deputados – deputado Fabrício, quero destacar aqui o papel da deputada Alice Portugal –, para conseguirem os recursos para a implementação do piso, o recurso, por exemplo, chega à Bahia e o governo simplesmente não repassa para a categoria uma gratificação que sempre foi uma gratificação variável. Portanto, não pode ser considerada parte...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do piso porque, se ela varia, ela não pode ser parte de um piso, que é uma referência para todos, deputado Manuel.

Então, veja bem, sobre essa gratificação, quando o governo recebe os recursos federais e muda a definição de uma gratificação variável para gratificação fixa, o governo, com o perdão da expressão, pratica um verdadeiro estelionato em relação ao direito dos profissionais da enfermagem na Bahia, dando um péssimo exemplo em relação ao comportamento do Poder Público na garantia desse direito que, volto a dizer, Sr. Presidente, não é apenas um direito legal, é um direito constitucional.

Então, o governador Jerônimo precisa rever essa posição, receber... Só para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância. Na mobilização de hoje foi ressaltado que o governo de Lula reabriu as mesas de negociação formalmente. Precisa fazer a mesma coisa, deputado Rosemberg. Cadê ele? Aqui na Bahia, também é preciso reabrir as mesas de negociações com os servidores públicos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e a negociação dos setores da educação, da saúde, e especialmente da enfermagem, é urgente, Sr. Presidente. Não podemos contemplar esse festival de manipulação com a negação desse direito, como eu disse, que está marcando a nossa Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT, deputado Robinho, para falar ou indicar orador.

O Sr. Robinho: Pelo período de 5 minutos, falará o deputado Marcinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Marcinho.

O Sr. Robinho: E depois o deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo será dividido entre o deputado Marcinho e o deputado Robinho. Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Marcinho.

O Sr. MARCINHO: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas presentes, é triste, deputada Fabíola, a gente vir a esta tribuna para tratar de um assunto que já foi bastante debatido, que já foi muito citado na tarde desta terça-feira. É a respeito da seca que assola a nossa Bahia, que assola e castiga, deputado Eures, o nosso Semiárido.

A gente vê hoje muitos colegas, deputados e deputadas preocupados, como nós também estamos, mas vindo aqui falar somente de perda na agricultura, falar dos prejuízos causados na pecuária, mas o que me traz aqui, deputado Eduardo Salles, também é a preocupação com o ser humano, com o sertanejo que está, neste momento, caminhando quilômetros com a lata d'água na cabeça, deputado Pedro. Nós não vemos nenhuma intervenção do governo do estado para tentar minimizar os efeitos causados por essa seca que assola o semiárido.

É triste ver, sim, os animais sofrendo com a falta d'água, é ruim ver as lavouras sem ter condição de serem colhidas. E a gente se depara, deputado Luciano Araújo, com a nossa região que, por mais que ainda tenha esse castigo da seca, também convive com a crise do sisal. Muitos produtores passando por grandes dificuldades, muitos produtores sem ter hoje o dinheiro para ir à feira para fazer as suas compras.

A gente precisa, deputado Cafu, sensibilizar o governo do estado, deputado Hilton Coelho, para que ele se manifeste não somente através do programa Bahia Sem

Fome, mas que ele invista em sistemas de abastecimento de água que sejam capazes de minimizar os estragos que a seca está fazendo em nossa região, em nosso estado.

Eu falo isso com propriedade por ver de perto as dificuldades por que passa o sertanejo. Há muitas pessoas que não têm o sistema de abastecimento de água pela Embasa, muita gente ainda. E ela vem não só aqui à Assembleia, mas vai à região para fazer muita propaganda e poucas ações.

Precisamos construir políticas públicas que possam ajudar o sertanejo, de fato, a combater e a conviver com a seca, não somente com a distribuição de água. Nós precisamos de sistemas de adutoras que minimizem de vez e que acabem com esse sofrimento. Existe um lençol freático muito grande na região de Tucano, mas precisa que a Embasa mande os seus técnicos para poderem fazer os estudos de viabilidade para as extensões de rede. Nós precisamos que a Cerb faça o seu papel, dando a manutenção nos poços artesianos, diferentemente do que está acontecendo hoje, porque está agindo com politicagem, chegando a uma região que tem um poço artesiano...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e não fazendo a manutenção, porque é área de deputado “a”, deputado “b”. Todas as solicitações que já encaminhei nenhuma foi feita. Então, eu cobro a providência, sim, para juntos podermos falar de público que estamos fazendo o nosso papel de deputado. Não só cobrar, mas levar a solução para os problemas da nossa região.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Júnior): O.k., deputado Marcinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o nobre deputado Robinho.

Deputado Robinho, me perdoe, é que o presidente precisou se ausentar aqui e me parece que ficou certo de o deputado Marcinho falar por 5 minutos e V. Ex.^a falar por 5 minutos. Então, V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO: Meu boa-tarde a todos os colegas, meu presidente Samuel. Na realidade, eu quero fugir um pouco do discutido aqui, eu quero falar um pouco da cultura. Enquanto eu vejo o governo do estado patrocinando certas formas culturais, e não vou citar o comportamento desse tipo de cultura que se vem patrocinando...

Mas eu não estou vendo aqui a presença do líder do Governo, Rosemberg Pinto. Ah, está aqui, Rosemberg! E falo de Rosemberg porque ele conhece o caso que eu vou citar. E eu quero, Rosemberg, pedir o seu apoio porque é uma causa nobre. Eu venho, há 60 dias, tentando uma audiência com o secretário da Cultura, o Sr. Bruno Monteiro, porque eu quero falar do Museu Frans Krajcberg.

Frans Krajcberg foi um artista plástico de reconhecimento internacional que, no fim da sua vida, aos 95 anos de idade, resolveu doar todo o seu patrimônio para o estado da Bahia. E, dentro da doação, ele colocou condicionantes, ele pediu que o governo não fechasse o seu museu, com mais de 500 obras de arte, no município de Nova Viçosa.

Eu tive a satisfação de convidar o líder do Governo, tirando a politicagem do meio, porque é uma coisa importante para o governo da Bahia. Porque eu vejo o governo patrocinando e apoiando culturas do... (Expressão retirada pela Presidência.), tanta coisa pornográfica, e a cultura de fato... porque obras de artes, obras de arte como a casa do artista plástico, que fica em cima de uma árvore, e é um conhecimento mundial, a qual Rosemberg viu ali, presenciou. E mais de 500 obras de artes foram tiradas do museu. E o sonho de Frans Krajcberg era que o museu ficasse aberto. Ele construiu o museu, doou para o estado, doou as obras, doou o sítio, doou o apartamento, doou o dinheiro na conta. Inclusive, iniciativas privadas, como Itaú e Bradesco, querem assumir esse patrimônio cultural.

O governo simplesmente pegou as obras, trouxe para Salvador com o argumento de dar manutenção. De fato, os artesões que fizeram e dão manutenção, eles moram lá no município. Há um custo quase zero para essas manutenções. Aí teve de transportar as obras em mais de 15 caminhões-baú, a um custo altíssimo. Trouxeram essas obras para Salvador na alegação de manutenção.

Por que isso? Se as pessoas que se identificam, que, juntamente com artista plástico, deram a manutenção e a criação dessas obras, que são de reconhecimento internacional.

Quero pedir ao governador. Governador, fora da política, em relação à cultura, eu tenho certeza de que é uma das prioridades – pelo menos, o discurso é esse –, eu queria pedir, como deputado, como representante político do município de Nova Viçosa, que é obra importante para o seu governo. Eu não vou dizer as 500 obras, mas que se coloque, lá, uma lembrança para esse artista plástico que se sensibilizou com o seu patrimônio, com a sua história ao doar para a Bahia. A única coisa, pedida por ele, como condicionante da doação, era o governo não fechar o seu museu.

Então, eu quero contar, Rosemberg, com o seu conhecimento. Rosemberg conhece a causa. Isso vai ser importante para o governo. E é muito mais importante para o governo do que para mim. Digo isso porque eu, como um deputado opositorista...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazer o discurso aqui, de repente, vai me trazer o mesmo upgrade político do que o governo chegar lá e fazer, realizar a obra. Ele vai lá e vai poder estar presente. A cidade vai ganhar com isso, a história cultural vai ganhar com isso, a a memória de Frans Krajcberg vai se eternizar.

Então, meu amigo Rosemberg, eu conto com sua compreensão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Você deve entender que isso não é política, mas isso é história, e foi compromisso do governo.

Um abraço, muito obrigado.

Bruno, não precisa da audiência comigo. Você conhece essa história. Vamos fazer a cultura, não a pornografia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou da Maioria para indicar orador pelo Bloco MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, o deputado Luciano Araújo falará por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Só 5 minutos? O.k. E os outros 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Se ele quiser mais tempo, a gente arranja. Nós arranjaremos o tempo que ele quiser, ou a tarde toda, se for necessário.

O Sr. Luciano Araújo: Cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a dispõe de até meia hora. Fique à vontade.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Obrigado, presidente. Obrigado.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de expressar hoje aqui a minha opinião a respeito desta pauta levantada pelos colegas: a seca no estado da Bahia.

Eu nasci e fui criado convivendo com a seca. Eu sempre fui sertanejo e lutador nesses momentos de estiagem. Ao longo dos meus 57 anos, eu nunca passei por uma estiagem como esta que estamos passando na nossa região.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer que a lavoura do sisal está toda parada. Os produtores e os motores de sisal não estão funcionando. Os trabalhadores estão parados, por conta da seca.

E o que eu vejo? Vejo o orçamento da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia esvaziado. Agora, Osni Cardoso está na SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural), o nosso colega deputado. Ele sabe e conhece muito bem os efeitos da seca na Região do Sisal. Nós não estamos vendo nada feito pela secretaria. Não há nenhum tipo de planejamento, nenhum tipo de ação que se diga que é para resolver o problema dos produtores que estão parados.

Quero aproveitar para parabenizar o prefeito de Conceição do Coité, pois ele vem distribuindo cestas básicas, cadastrando todas aquelas pessoas que estão paradas com o sisal. A população está com fome. O gado está morrendo. As criações estão morrendo. E o que fez ou faz o Sr. Osni, secretário? Ele continua agindo como deputado nas suas ações políticas.

Eu já fui assessor de secretário de estado. Uma das preocupações que nós tínhamos, quando íamos a uma cidade do interior que tinha um ou dois ou três parlamentares, a nossa preocupação era avisar aos deputados que a secretaria estava indo àquele município. Não importava se o deputado é da Situação ou da Oposição. Mas o deputado tem de ser comunicado. E o Sr. Osni usa a estrutura do governo, a máquina do governo, para agir, como deputado.

Sr. Osni, se o senhor quer optar por ser deputado, entregue a secretaria e venha para cá, para este Plenário, para agir como deputado, mas mostre o serviço como secretário e como gestor público. Mostre as ações que V. Ex.^a está fazendo em relação à seca no estado da Bahia. Até agora, nós não vimos nada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Falará agora o deputado Vitor Bonfim. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. Vambora, deputado Vitor. O tempo de V. Ex.^a, segundo a orientação do deputado Cafu, já está contando.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eu quero também externar a minha preocupação com este período de seca prolongada que nós estamos atravessando no estado da Bahia. O nosso estado tem uma área de Semiárido bastante extensa. Vejam, 70% do nosso estado está no Semiárido.

E aqueles que vivem e convivem mais de perto com os agricultores e com os pecuaristas sabem da situação calamitosa que os produtores estão enfrentando. É preciso que a gente, deputado Sandro Régis, deixe de lado as correntes partidárias, as colorações partidárias e faça uma união de forças para que as ações emergenciais possam ocorrer.

A gente sabe que nós temos de conviver com a seca no estado da Bahia e nos demais estados do Nordeste. As ações feitas pelo governo do estado, nos últimos anos, ajudaram a minorar sensivelmente este problema. Mas este quadro se mostra e se desenha, deputado Eduardo Salles, no ano de 2023, realmente como muito preocupante.

A Faeb emitiu uma nota pública, no dia de hoje, manifestando a sua preocupação e elencando alguns pontos que, na opinião dela, são importantes para que a gente possa avançar nesta situação e ajudar a minorar a dificuldade que os nossos produtores têm enfrentado.

Então, as quatro sugestões apresentadas pela Faeb são: (Lê) “Ampliar os Programas de aquisição e distribuição de alimentos (milho, trigo, soja, etc.), por intermédio dos Órgãos e Armazéns governamentais; Prorrogação das parcelas de todos os débitos rurais; Abertura de novas linhas de crédito para aquisição de ração e para construção de cisternas, poços tubulares e aquisição de dessalinizadores de água; Ajuda direta dos Governos Federal e Estadual, com o fornecimento de comida, água e demais itens essenciais para as famílias que perderam as lavouras e rebanhos na seca, dentre outras ações cabíveis.”

E os produtores têm, a partir daí, se mobilizado em todo estado.

Quero deixar registrada a ação que houve, na noite de ontem, no município de Guanambi, uma reunião na Câmara de Vereadores, com as presenças de mais de 15 prefeitos da região, vereadores, deputados federais. O deputado federal Charles Fernandes estava lá presente. Eu participei, remotamente, através de vídeo, mas foi tirada uma carta compromisso dessa reunião.

Sr. Presidente, há necessidade de esta Casa se mobilizar para que as ações deste governo possam chegar em tempo hábil a quem precisa.

A gente percebe um aumento significativo no preço do milho, já ultrapassando a faixa de R\$ 90,00 na ponta, do sorgo. Há o aumento dos preços dos insumos que servem para a ração animal. O preço do leite, deputado Eduardo Salles, não tem correspondido

a essa permissão de importação de leite em pó, feita pelo governo federal, lá atrás. O preço do leite continua baixo, na casa de R\$ 1,80, praticamente, inviabilizando essa atividade tão importante para a manutenção do homem no campo no nosso estado da Bahia.

Então, a gente sabe que essas medidas realmente precisam ser adotadas. Sabemos da dificuldade do governo federal de dar uma resposta pronta por conta do Orçamento do ano de 2023, que foi elaborado, planejado e feito pelo governo anterior. Sabemos das dificuldades impostas pelo regime do teto de gastos, que ainda vigora em 2023 e impede que o governo do presidente Lula possa pôr em prática políticas sociais importantes que marcam a sua gestão.

Mas sei que o governo federal terá a sensibilidade necessária para estender a mão aos produtores rurais e às produtoras rurais porque, graças à Bahia, ele está sentado lá, na cadeira de presidente da República.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos. (Silêncio) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos. (Silêncio) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Robinho: Bem, esses 14 minutos foram divididos entre os deputados Sandro Régis e Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao meu amigo, irmão, conselheiro, eterno líder da Oposição e deputado Sandro Régis, pois esses dias este coração está batendo mais fraco, depois que o nosso Bahia tomou um... (Expressão retirada pela Presidência.), no último final de semana. V. Ex.^a, líder, dispõe de até 7 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, hoje nesta Casa, houve diversos parlamentares que trouxeram a sua preocupação, independentemente da cor partidária, independentemente da Base do Governo ou da Base da Oposição. A preocupação é com a seca que o nosso estado atravessa.

E é muito boa esta demonstração de amadurecimento do Parlamento baiano, até porque, antes dos partidos, antes dos interesses políticos, estão as pessoas, os produtores, sejam eles pequenos, sejam eles médios, sejam eles grandes. A seca está de tal forma que toma conta dos quatro cantos da Bahia: do Extremo Sul, a região mais privilegiada de chuva, até a região do Semiárido.

Aqui, eu quero ler uma carta da Unagro. (Lê) “(...) Além das situações vexatórias enfrentadas com relação à defesa da propriedade produtiva, invadidas de baixíssimos valores de comercialização, praticadas no abuso do custo de produção. (...)”

Particularmente, os pequenos e os médios produtores não estão enxergando ou não estão sentindo, deputado Ricardo, o governo legitimar a sua força, a sua responsabilidade em ação efetiva para amenizar o problema da seca que assola o estado da Bahia. Nós temos assistido a uma ineficiência muito grande. Diversos municípios já encaminharam os seus decretos de calamidade, mas, até agora, o governo do estado faz cara de paisagem, e não diz qual o caminho, quais as decisões e qual o planejamento para enfrentar esta seca em nosso estado que, já dizem especialistas, é a maior seca dos últimos 50 anos.

Eu quero fazer um apelo ao nobre amigo e líder do Governo para ele levar a mensagem deste Parlamento, tanto dos seus deputados do Governo, como dos deputados da Oposição. Espero que leve a mensagem ao secretário da Agricultura, ao Sr. Governador do estado. Da Situação, meu amigo e deputado Toinho, leve a mensagem de nós, baianos, como políticos, como produtores, como filhos deste estado, pois estamos vendo o sofrimento dos produtores da Bahia.

A seca não escolhe nem o pequeno, nem o médio, nem o grande. A seca é para todos. E será, meu Deus, que quem produz na Bahia, quem gera emprego, quem gera renda, quem produz o alimento de cada dia é castigado pela seca e pelo governo? Será que é crime, no estado da Bahia, ser produtor rural? Será que é crime, no estado da Bahia, você gerar emprego, você produzir?

Eu falo de um setor que representa 30% do PIB baiano. Eu falo de um setor que vem segurando o estado da Bahia nas suas dificuldades. Agora que o setor precisa do braço forte do governo, agora que o setor precisa da força política do governo, até agora, deputado Toinho, quase 200 municípios decretaram estado de calamidade, Robinho!

E o governo assiste a tudo isso com cara de paisagem.

Isso não é bandeira da Bancada do Governo! Isso não é bandeira da Bancada da Oposição!

Isso é a bandeira da vida!

Quantos irmãos nossos estão sofrendo sem água sequer para beber, perdendo se eu cultivo, perdendo suas criações? E o governo simplesmente diz não ter dinheiro para combater a seca!

Cadê ao governo federal irmanado ao governo do estado? Cadê as ações para combater, de uma forma forte, de uma forma dura, a seca? Cadê? Os senhores vão deixar os municípios à sua própria sorte? Vão deixar os municípios sem condições de enfrentar o problema?

Então, deputado Rosemberg, V. Ex.^a escutou os diversos deputados da sua Bancada. V. Ex.^a escutou os diversos deputados de nossa Bancada da Oposição. Então, Rosemberg, leve a mensagem ao governador, porque o governador até entende, mas só vive viajando. Agora, ele está em Dubai; depois, vai para Alemanha. Então, eu acho que ele não conhece a seca da Bahia! Leve a mensagem para o secretário Tum, que é de uma região seca, como Casa Nova. Leve a mensagem para o governo do estado sobre a situação em que nós estamos vivendo!

Não é possível! Não é possível!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu não falo aqui, como deputado da Oposição! Eu falo como produtor, como filho deste estado! Não é possível o governo assistir ao interior da Bahia ser dizimado pela seca e não ter, sequer, uma ação, que seja a política, que seja efetiva!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas o governo não pode tratar deste assunto como se tivesse tudo bem, muito obrigado.

Então, líder, você é um competente líder! Eu tenho a certeza de que a sua voz irá representar os 63 parlamentares desta Casa no governo do estado! E sacudir este povo para dizer que o produtor rural, o gerador de empregos e o gerador de renda, seja pequeno ou grande, merecem o respeito. Mas, acima de tudo, o sertanejo, o baiano...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) o interiorano não pode ficar ao léu e morrer de seca e de sede.

Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o nobre deputado Robinho. V. Ex.^a dispõe de até 7 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, mais uma vez, a todos os amigos e à imprensa presente.

Bom, é muito interessante e muito preocupante quando se fala de um transtorno da natureza que está acontecendo não só na Bahia, mas quase no Brasil por inteiro. Eu entendo que não é um problema para politização. Não vamos fazer politicagem com um problema da natureza.

Agora, eu ouvi os discursos de vários amigos e vários colegas e, por incrível que pareça, botou-se a culpa até no ex-presidente que não estocou milho. Aí começa a virar hipocrisia e anarquia. Vamos tratar o problema com seriedade e com respeito.

Na realidade, eu quero já lembrar também do nosso do presidente Adolfo, pois ele mostrou o seu descontentamento ao expressar a falta de atenção que o governo do estado vem tendo com o problema da nossa região.

O governo do estado, desde o dia 23, está fora do país em um momento de crise. Eu não vou dizer que o governador vai apertar o botão e resolver o problema da seca, porque quem tem poder sobre a chuva é o Criador. Eu acredito muito nisso, ou seja, que Deus é o poder soberano e quem tem poder para resolver isso não é o político, mas, sim, o Criador.

Este é um problema que requer uma atenção, requer uma dedicação, afinal de contas, nós temos mais de 131 municípios que já decretaram situação emergência. Até agora, o governo do estado não diz nada sobre o assunto. Então, seria interessante, governador, fazer um decreto de emergência no estado da Bahia! Digo isso porque este é um problema programado. Afinal, o El Niño foi avisado, foi programado, foi

anunciado nos jornais e em televisões. Avisou-se que nós teríamos ações do El Niño que iriam provocar a seca em partes do Brasil. Isso é uma realidade.

Não quero aqui fazer politicagem. Agora, temos de lembrar como o governo tem se dedicado à agricultura, ao produtor rural. A Secretaria da Agricultura é desprezada, quando você analisa orçamento. Se você pegar o orçamento da Secretaria de Agricultura, esse dá mal e mal para a folha de pagamento.

Então, não dá para cobrar investimentos do secretário da Agricultura. Na realidade, ele não tem força política para cobrar do governo uma melhoria orçamental para a Secretaria da Agricultura.

Então, secretário, eu acho que você tem de se impor e usar o seu partido para que nós, da Bahia, possamos ter uma secretaria atuante, a fim de cobrar efetivamente não só no setor “a”, “b” ou “c”. Eu vi críticas de todos os setores, inclusive, de deputados da Base do Governo. Isso é uma realidade.

O próprio governo, a política do governo é uma política separatista. Separou o agricultor de pequeno porte dos agricultores de médio e grande portes.

Criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Essa tem orçamento, repito, essa tem orçamento que cuida do pequeno produtor. Aí vem a Secretaria da Agricultura que só tem o orçamento que mal e mal dá para fazer o pagamento da sua folha.

Então, secretário Tum, quando você vir aqui... Melhor, eu diria, colegas. Então, quando os colegas fizerem críticas a você, você é a parte culpada. Digo isso porque se você se sente inerte ou sem motivação, peça demissão, porque eu jamais ocuparia um cargo simplesmente para tirar o título de secretário ou receber meu salário.

Aí vêm ações que não foram acontecidas no governo. Ações, por exemplo, com relação a Fenagro. Essa é uma festa tradicional, eu diria, cultural, de motivação econômica, que o governo simplesmente não deu apoio ou atenção, sequer. Quando se trata das festividades, por exemplo, juninas, como o São João, ela é importante? É importante. Mas por que não, também, dar o suporte para a Fenagro?

Eu diria que isso é falta de força política da Secretaria da Agricultura. Aí eu vou cobrar não só do secretário, mas do próprio partido Avante, pois esse é um partido que tem crescido, mas não tem se imposto na secretaria da qual é responsável.

Eu quero parabenizar Humberto Miranda, presidente da Faeb, pois fez uma nota sobre a falta de atenção do governo do estado com relação ao problema que o estado da Bahia e parte do Brasil vêm sofrendo.

Então, eu quero dizer ao governador o seguinte: “Vem embora buscar, vem embora para Bahia, a fim de cuidar dos problemas daqui, porque, em Dubai, governador, não tem seca, não!” Talvez ele esteja cuidando da seca em Dubai. (Risos)

Desde o dia 23...

(Intervenção fora do microfone.)

Não tem, não?

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, eu achei que tinha, colega.

Bem, desde o dia 23 de novembro, o governador está lá. Já são 12 dias. Já passeou, já descansou. Agora vamos dar atenção ao problema da seca da Bahia, pois já são 131 municípios decretados no patamar de situação de emergência.

Então, quero dizer ao governador que estou à disposição. Você é recordista em mandar, para esta Casa, pedido de empréstimo. Se precisar de um pedido de urgência de empréstimo bancário para dar atenção às vítimas da seca, vai ter o meu voto.

Agora, caíram pela metade as produções de cacau, café, leite, gado etc.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Os gados estão morrendo.

O governador não vai resolver o problema, mas este problema merece uma atenção especial. Eu acredito que isso é um sentimento de todos. Eu vi deputados da Base do Governo reclamando. Então, governador, vamos dar atenção para os problemas da Bahia!

Um abraço.

Que Deus nos abençoe!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Houve um pulo na ordem do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade, porque o deputado Diego havia se inscrito. Então V. Ex.^a dispõe de 4 minutos, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes, a imprensa, as galerias.

Eu quero, Sr. Presidente, unir-me ao discurso do deputado Robinho e do nosso amigo Sandro Régis para externar a preocupação de milhares de produtores rurais do estado da Bahia.

Eu quero destacar uma carta aberta redigida pela Unagro (União Agro Bahia) que também expressa uma extrema preocupação com os dias vindouros e com a postura do governo do estado em relação à chegada do fenômeno El Niño.

E, como ele, o governador tem se comportado, de forma gerencial, a respeito disso. Não é novidade nenhuma! Não foi nenhuma surpresa! Houve tempo hábil para se programar e tomar atitudes enérgicas!

O documento, presidente, destaca o seguinte. (Lê) “Devido a esse fenômeno, terríveis consequências climáticas potencializam enormes desastres na produção, dentre eles, a estiagem prolongada, os incêndios devastadores que vêm devorando pastos, criações e propriedades inteiras, inclusive em áreas de preservação ambiental, com a extinção de espécies e perdas irreparáveis de milhares de animais.”

Nesse intuito, presidente, o governo, dentro dessa perspectiva, precisa tomar uma atitude enérgica, precisa tratar, com respeito, o produtor. O primeiro ponto é, de imediato, emitir um decreto para (lê) “reconhecer a emergência...”

(Intervenção fora do microfone.)

Lógico, um decreto de estado de emergência.

O objetivo é reconhecer essa emergência nos municípios afetados por esta catástrofe que acaba de chegar.

Segundo ponto: (Lê) “O governo deve suspender a exigência da autorização para perfuração e instalação de postos tubulares, durante a vigência do decreto de estado de emergência.”

Terceiro ponto: (Lê) “Deve-se prorrogar o prazo de pagamento para financiamentos rurais vencidos e vincendos a curto prazo, independente da fonte de recurso.”

Quarto ponto: (Lê) “Deve-se abrir linhas de créditos emergenciais com juros subsidiados para custeios na compra de alimentos concentrados e volumosos para investimentos em recursos hídricos, ou seja, aguadas, poços, poços tubulares, etc”. E, também, para investimentos em plantio de palma e outras forrageiras resistentes à seca.

E que se abram poços nas localidades onde os animais não têm água para beber e para o plantio; que forneça emergência de água para famílias e rebanhos que estão no contexto de falência hídrica; também, da venda de milho pela Conab com preços subsidiados.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E, por último, preste apoio financeiro especial aos produtores de leite, que vêm sofrendo com a crise climática e com a competição privilegiada dos produtos importados do Mercosul. E disponibilizando as máquinas para limpeza de demais urgências emergenciais.

Ou seja, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, com a sua tolerância.

Esse governo precisa tratar o produtor rural com respeito! Já tem demonstrado, sucessivamente, que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não tem respeito nenhum, nenhum para com o homem do campo. Esse setor que corresponde a 30% do nosso PIB e que, digo e repito, quando a Bahia quebrou, foi quem sustentou as contas do estado, que ficou solapado por essa gestão econômica irracional, perdulária, de empréstimos e empréstimos, de aumento do ICMS que, no final das contas,... (Expressão retirada pela Presidência.), do produtor, do cidadão de bem.

E quando eu falo de produtor, eu falo do grande, do médio e, principalmente, do pequeno que está desassistido, sim, por esse governo do estado, governo do PT, que não tem compromisso nenhum com a propriedade privada. Porque se tivesse não estaria fazendo vista grossa ao MST, esse movimento terrorista. E ainda tem que aguentar o descaso...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) que deveria, de ofício, ser enxergado de frente e o homem do campo ter as mãos dadas com esse governo para amenizar essa crise.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo para falar ou indicar o orador pelo tempo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Só a metade do tempo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, visitantes.

Presidente, primeiro, eu quero aqui, de comum acordo com o deputado Alan Sanches, dizer que na próxima semana nós vamos apreciar e votar aqui os projetos do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça.

Nós estamos fazendo apenas pequenos ajustes. Alguns desses projetos já estão concluídos, do ponto de vista dos ajustes necessários, mas quero deixar aqui já acertado com V. Ex.^a para que a gente possa dispensar as formalidades e, na próxima semana, votar esses projetos que estão tramitando na Casa.

A outra questão, presidente, diz respeito à seca que nós estamos acompanhando. Nós estamos com um problema climático e, quando o governador sai daqui e vai à COP28, é exatamente com o objetivo de debater o reflexo dos problemas que nós criamos para que hoje estejamos com seca no Norte e no Nordeste e com inundações incontroláveis no Sul.

Várias falas foram trazidas aqui com relação a essa situação. Primeiro, eu quero dizer que o governo não está parado. Deputado Cafú, na sexta-feira, o governo do estado chamou uma reunião com as diversas secretarias, coordenada pela Casa Civil, para tratar desse tema que é reflexo da grande estiagem pela qual passa e passará o nosso estado durante alguns meses, para tomar algumas medidas mitigatórias.

E, às vezes, eu lamento a forma como alguns segmentos se colocam em relação ao governo do estado. Muitas dessas mudanças climáticas que estão acontecendo, deputado Eduardo Salles, foram frutos do desmatamento descontrolado feito por algumas pessoas que hoje, por meio das suas federações, fazem notas públicas contra o governo do estado.

É preciso que a gente venha discutir também a origem dessa situação. Eu sou de uma região em que a Mata Atlântica quase já não existe mais, são réstias apenas de Mata Atlântica. O que se vê são grandes extensões de terras para grandes criações de gados na nossa região, é assim no Oeste, é assim em vários locais, e é por isso que nós estamos passando por situações como essa. E quem comete essas excrecências, vamos dizer assim, são as primeiras a questionar a ausência do estado. Deveriam olhar primeiro antes de fazer o desmatamento.

Eu não estou aqui fazendo a defesa do governo, eu estou fazendo a defesa do estado. Nós precisamos, para além apenas de fazermos as nossas queixas e defendermos os nossos interesses... É verdade, não poderia ser diferente, quem tem que

ter mais verbas para investimentos na área agrícola são os pequenos, porque os grandes não precisam da mão do estado. São os pequenos produtores que produzem para sustentar, que geram empregos, a maioria dos empregos gerados no campo são oriundos da agricultura familiar.

Perdoe-me aqui por algumas colocações, a grande agricultura contra a pequena agricultura, não é real isso. Nós não podemos viver num momento em que há essa dicotomia de grandes e pequenos, muito pelo contrário, que estejamos de mãos dadas. E são os grandes que têm que dar as mãos aos pequenos, mas aqui parece que é uma inversão de papel.

Então, eu quero dizer que o governo do estado está preocupado, sim. Eu sei das dificuldades em que nós estamos vivendo. O governador não está passeando, deputado Sandro, o governador está indo debater a política ambiental no mundo e que tem reflexo aqui, na Bahia, por alterações que nós, humanos, fizemos no ambiente em que nós estamos vivendo, e nós estamos pagando um preço muito caro por essas mudanças climáticas.

Então, eu quero, aqui, afirmar, encerrando as minhas palavras, presidente, que eu acho que é legítimo. Eu também me somo às diversas manifestações aqui sobre a necessidade da mão do estado para cuidar, principalmente, das pessoas mais necessitadas no momento em que o nosso estado passa por uma dificuldade muito grande com essa estiagem extensiva. Mas nós precisamos também olhar um pouquinho para trás para saber o que nós fizemos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o nosso ambiente, e que estamos pagando um preço muito grande, convivendo com essa situação de calamidade, de emergência que a seca nos impõe.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 25.077/2023, procedente do Poder Executivo, que altera a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

Esse projeto, amigos, trata-se da isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, que incide sobre os veículos elétricos.

Como já foi pedido vista a esse projeto, já vai para a votação.

Em votação, no âmbito das comissões. **(Parecer verbal favorável pelas Comissões conjuntas, relatado pelo Deputado Rosemberg Pinto na Sessão do dia 28/11/2023)**

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado à unanimidade, o **Projeto de Lei nº 25.077/2023, em discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 25.077/2023

Altera a Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º -

.....

XIII - os veículos 100% elétricos de até R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

.....” (NR)

“Art. 6º -

I -

.....

c) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para veículos 100% elétricos acima de R\$300.000,00 (trezentos mil reais);

.....” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto. Projeto de Lei nº 25.108/2023, procedente do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, na forma que indica, e dá outras providências.

Esse projeto trata da reorganização da Polícia Militar a fim de promover ajuste na estrutura organizacional do órgão, tratando-se de remanejamento de unidades e adequação de suas nomenclaturas, reiterando o constante comprometimento do governo com o aprimoramento da prestação de serviço de segurança pública em todo o estado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o relator mor, deputado Vitor.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, passo a relatar no âmbito (lê) “Das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e

Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei nº 25.108/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, na forma que indica, e dá outras providências’.

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘objetiva alterar a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, que reorganiza a Polícia Militar, a fim de promover ajustes na estrutura organizacional do órgão, tratando-se de remanejamento de unidades e adequação de suas nomenclaturas, reiterando o constante comprometimento do Governo com o aprimoramento da prestação dos serviços de Segurança Pública em todo o Estado’, conforme registra a Mensagem do Sr. Governador encaminhada a esta Casa.

Com a medida, ficam criadas, na estrutura da Polícia Militar: a Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos, ‘com a finalidade de planejar, coordenar e executar as ações de segurança pública quando do cumprimento de mandados judiciais de manutenção e/ou de reintegração de posse e em outras situações de conflitos pela posse de terras urbanas e rurais, bem como nas medidas de desforço imediato em bens públicos envolvendo povos originários, comunidades tradicionais, movimentos sociais ou grande coletividade de pessoas; uma Companhia Independente de Policiamento Especializado, subordinada diretamente ao Comando de Policiamento em Missões Especiais, e um Esquadrão de Motociclistas.

A proposta prevê ainda a extinção de três Companhias Independentes (3ª, 5ª e 34ª), ao tempo em que adequa a estrutura de cargos à nova situação.

A proposição recebeu três emendas, sendo a primeira de autoria do Deputado Pablo Roberto e as demais do Deputado Vitor Bonfim.

A emenda nº 1 propõe o acréscimo ao projeto de um dispositivo que visa alterar o inciso II do art. 5º da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, para aumentar a idade máxima para ingresso aos quadros da Polícia Militar da Bahia. Opino pela rejeição, considerando que a proposta encontra óbice no disposto no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, que veda emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do Governador do Estado. Além disso, o inciso I do art. 77 da Constituição Estadual confere competência privativa ao Governador do Estado, sendo de sua iniciativa, dispor sobre fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

A emenda nº 2 propõe a alteração das expressões ‘Comando de Operações de Inteligência’ para ‘Comando de Inteligência’, assim como a substituição das expressões ‘Comandante de Operações de Inteligência’ e ‘Subcomandante de Operações de Inteligência’ por, respectivamente, ‘Comandante de Inteligência’ e ‘Subcomandante de Inteligência’. Proponho a aprovação da emenda, uma vez que as modificações em questão contribuem para o aprimoramento da proposta original, ante a evolução da corporação.

A emenda nº 3 propõe também alterações nas mesmas expressões, incidindo sobre outros dispositivos da lei nº 13.201/2014. No entanto, embora o conteúdo da proposta do nobre parlamentar seja salutar, verifica-se a necessidade de adequação da

melhor técnica legislativa consubstanciada na forma de Emenda de Relator a seguir apresentada.

Emenda de Relator:

Acrescente-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 25.108/2023, que altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, os arts. 66-E, 66-F, e 67-B, da seguinte forma:

‘Art. 1º -

‘Art. 66-E - O cargo em comissão de Comandante de Operações de Inteligência, símbolo DAS-2B, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Comandante de Inteligência, símbolo DAS-2B.’ (NR)

‘Art. 66-F - O cargo em comissão de Subcomandante de Operações de Inteligência, símbolo DAS-2C, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Subcomandante de Inteligência, símbolo DAS-2C.’ (NR)

‘Art. 67-B - O Comando de Operações de Inteligência passa a denominar-se comando de Inteligência.’ (NR)

.....’

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo acrescentar ao art. 1º do Projeto de Lei nº 25.108/2023, os arts. 66-E, 66-F, e 67-B, que modificam as nomenclaturas de ‘Comando de Operações de Inteligência’ para ‘Comando de Inteligência’ assim como substituem as expressões ‘Comandante de Operações de Inteligência’ e ‘Subcomandante de Operações de Inteligência’ por, respectivamente, ‘Comandante de Inteligência’ e ‘Subcomandante de Inteligência’, em prol da adequação da melhor técnica legislativa, observada a proposta original para acomodação do conteúdo da Emenda modificativa nº 03, proposta pelo nobre deputado Vitor Bonfim.

Por fim, com especial atenção à técnica legislativa, os Anexos I, II e III da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, incorporarão os ajustes propostos na presente norma, quando da sua devida vigência.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada, com as modificações introduzidas pela Emenda nº 2 e pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.”, Sr. Presidente.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado, antes de votar em Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, hoje, eu quero deixar registrado, mais uma vez, que a Oposição tem feito um trabalho de construir. Nós sabemos onde a população

colocou nossa Bancada da Oposição e temos procurado fazer as críticas necessárias, mas, em nenhum momento, nesta Casa, quando o deputado Rosemberg nos procurou, nós nos voltamos quando o tema é segurança pública. Esse é um projeto discutido com o deputado Rosemberg, líder do Governo, que não estava nem ainda totalmente, digamos assim, no prazo regimental. Mas nós, em acordo de liderança, acordo entre as duas bancadas, estamos dando mais uma demonstração da importância e do interesse que nós, enquanto Bancada da Oposição, estamos dando à segurança pública. Todos os projetos que foram encaminhados com relação à segurança pública terão um olhar diferenciado dessa Oposição, como esse projeto está tendo.

Falando isso, quero aproveitar também para falar o deputado Rosemberg que já temos um acordo aqui para que, semana que vem, possamos – de acordo com um calendário estipulado inclusive pelo líder do Governo, acordado com a nossa anuência e com V. Ex.^a que estava também nessa reunião – no dia 12, votar os projetos dos Três Poderes, do TCM, do TCE, do Ministério Público e da Defensoria, esses três projetos. Além disso, V. Ex.^a sabe que vai ter um requerimento de urgência do empréstimo de 46 milhões de dólares, se não me falha a memória, que dá mais de R\$ 200 milhões, e também um acordo que nós fizemos.

Eu estou falando dessa forma para que os outros deputados também tenham conhecimento do que vai ainda acontecer. Eu solicitei à minha bancada, e ele, com certeza, está solicitando à dele para que a gente possa votar os projetos dos deputados, como sempre fizemos nesta Casa. Então, no dia 12, se os projetos já estiverem amadurecidos, vamos tentar votar.

Agora, o que eu peço à minha bancada e aos deputados também da Bancada do Governo é que tragam os projetos corretamente acordados, porque o projeto acordado é aquele que foi aprovado, não é passado. Ele tem que ser aprovado na CCJ. Se já foi votado lá na CCJ, é trazido aqui para que a gente possa apreciar. Agora, de preferência, a minha bancada está encaminhando para a liderança, eu vou encaminhar para a liderança do Governo para que possa fazer um olhar crítico, para que não tenhamos problema nessa votação, conforme conversei, também, com V. Ex.^a, presidente Adolfo. Então, sendo assim, nós já votamos na comissão e, agora, vamos votar, no Plenário, a aprovação do projeto da Polícia Militar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.108/2023, que altera a lei 13.201, de 09 de dezembro de 2014, da Polícia Militar.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em discussão única.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 25.108/2023

Altera a Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, na forma que indica, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - A Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

“Art. 6º -

.....
III.....

.....
b) Comando de Inteligência;

.....”

“Art. 7º -

.....
IV – O Comandante de Inteligência;

.....”

“Art. 16 -

Parágrafo único -

.....
XVIII -

.....
h) Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos.” (NR)

“Art. 17 - O Comando de Inteligência tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar, controlar, articular, supervisionar e gerenciar as atividades de inteligência policial, no âmbito do Sistema de Inteligência da Polícia Militar - SINPOM, dentro do território baiano, bem como assessorar o Alto Comando da Corporação nos assuntos de cunho estratégico, tático e operacional que lhes forem confiados, além de se inter-relacionar com os demais órgãos estaduais de inteligência e do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN.”

“Art. 42 -

§ 1º -

.....
II -

a) Batalhão de Patrulhamento Tático Móvel, responsável pelo apoio tático ao policiamento ostensivo, em atendimento a situações que requeiram atuação específica, especialmente na repressão qualificada contra o crime organizado;

.....
XI - Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e

Urbanos, com a finalidade de planejar, coordenar e executar as ações de segurança pública quando do cumprimento de mandados judiciais de manutenção e/ou de reintegração de posse e em outras situações de conflitos pela posse de terras urbanas e rurais, bem como nas medidas de desforço imediato em bens públicos envolvendo povos originários, comunidades tradicionais, movimentos sociais ou grande coletividade de pessoas;

XII - Esquadrões de Polícia Montada, responsáveis pela execução das atividades de policiamento ostensivo montado, missões especiais e apoio às demais Unidades Operacionais da PMBA;

XIII - Esquadrões de Motociclistas, responsáveis pela execução das atividades de policiamento de trânsito, de escolta de dignitários e de apoio às demais Unidades Operacionais;

XIV - Grupamento Aéreo da Polícia Militar, responsável pela execução do apoio do vetor aéreo às atividades de preservação da ordem pública e de policiamento ostensivo.” (NR)

“Art. 57

IX - Ao Comandante de Inteligência cabe promover as atividades de inteligência no âmbito da Polícia Militar e instaurar sindicâncias, processos disciplinares sumários e processos administrativos disciplinares, decidindo conforme lei específica;

XIV - Subcomandante de Inteligência:

a) substituir o Comandante de Inteligência em seus impedimentos eventuais;

b) fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas pelo Comandante de Inteligência;”

“Art. 64-A -

V - Comando de Policiamento em Missões Especiais;

VIII - Batalhão de Patrulhamento Tático Móvel;

.....” (NR)

“Art. 64-B - Ficam criadas, na estrutura da Polícia Militar da Bahia, as seguintes unidades:

I - 01 (uma) Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos;

II - 01 (uma) Companhia Independente de Policiamento Especializado, subordinada diretamente ao Comando de Policiamento em Missões

Especiais;

III - 01 (um) Esquadrão de Motociclistas.” (NR)

“Art. 65-B - Ficam criados, na estrutura de cargos em comissão da PMBA, os seguintes cargos em comissão:

I - 01 (um) cargo de Comandante de Esquadrão, símbolo DAS-3;

II - 01 (um) cargo de Subcomandante de Esquadrão, símbolo DAI-4.” (NR)

“Art. 66-D - Ficam extintos, na estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, os seguintes cargos:

I - 01 (um) cargo de Comandante de Companhia Independente, símbolo DAS-3;

II - 01 (um) cargo de Subcomandante de Companhia Independente, símbolo DAI-4.” (NR)

“Art. 66-E – O cargo em comissão de Comandante de Operações de Inteligência, símbolo DAS-2B, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Comandante de Inteligência, símbolo DAS-2B.” (NR)

“Art. 66-F – O cargo em comissão de Subcomandante de Operações de Inteligência, símbolo DAS-2C, da estrutura de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia, passa a denominar-se Subcomandante de Inteligência, símbolo DAS-2C.” (NR)

“Art. 67-B – O Comando de Operações de Inteligência passa a denominar-se Comando de Inteligência.” (NR)

“Art. 68-A - Ficam extintas, na estrutura organizacional da Polícia Militar da Bahia, as seguintes unidades:

I - a 3ª Companhia Independente de Polícia Militar;

II - a 5ª Companhia Independente de Polícia Militar;

III - a 34ª Companhia Independente de Polícia Militar.” (NR)

Art. 2º - Os Anexos I e II da Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2023.

Deputado Vítor Bonfim
Relator

ANEXO I

QUANTITATIVO DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA	
UNIDADES	QUANTIDADE
Comando-Geral	01
Gabinete do Comando-Geral	01
Subcomando Geral	01
Gabinete do Subcomando Geral	01
Comando de Operações Policiais Militares	01
Comando de Inteligência	01
Comandos de Policiamento Regionais	14
Comando de Policiamento Especializado	02
Comando de Policiamento em Missões Especiais	01
Comando de Policiamento de Apoio Operacional	01
Corregedoria da Polícia Militar	01
Ouvidoria	01
Instituto de Ensino e Pesquisa	01
Departamentos	09
Academia de Polícia Militar	01
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Policiais Militares	01
Centro de Gestão Estratégica	01
Centro de Arquitetura e Engenharia	01
Centro de Material Bélico	01
Centro de Educação Física e Desportos	01
Centro Corporativo de Projetos	01
Juntas Militares Estaduais de Saúde	03
Hospital da Polícia Militar	01
Odontoclínica da Polícia Militar	01
Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação	07
Batalhões de Polícia Militar	17
Batalhão de Polícia de Choque	01
Batalhão de Polícia de Guarda	01
Batalhão de Polícia Rodoviária	01
Batalhão de Polícia de Pronto Emprego Operacional	01
Batalhão de Policiamento Turístico	01
Batalhão Especializado de Policiamento de Eventos	01
Batalhão de Operações Policiais Especiais	01
Batalhão de Policiamento de Proteção à Mulher – Maria da Penha	01
Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos a Coletivos	01
Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos	01
Batalhão de Patrulhamento Tático Móvel	01
Batalhão de Policiamento Escolar	01
Grupamento Aéreo da Polícia Militar	01
Esquadrões	07
Colégios da Polícia Militar	17
Companhias Independentes de Polícia Militar	96
Companhias Independentes de Policiamento Especializado	12
Companhias Independentes de Policiamento Tático	14
Companhias Independentes de Policiamento Rodoviário	03

Companhias Independentes de Polícia de Proteção Ambiental	03
Companhia Independente de Polícia Fazendária	01
Companhias Independentes de Polícia de Guarda	02
Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos	01
Companhia Independente de Comando e Serviços	01

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA		
CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Comandante-Geral da Polícia Militar	DAS-1	01
Subcomandante-Geral da Polícia Militar	DAS-2A	01
Comandante de Operações Policiais Militares	DAS-2B	01
Comandante de Inteligência	DAS-2B	01
Chefe de Gabinete do Comando-Geral	DAS-2B	01
Corregedor-Chefe	DAS-2B	01
Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa	DAS-2B	01
Diretor de Departamento	DAS-2B	09
Comandante de Policiamento	DAS-2B	18
Diretor de Ensino	DAS-2B	02
Ouvidor-Chefe	DAS-2B	01
Ouvidor-Adjunto	DAS-2C	01
Assessor Especial	DAS-2C	02
Coordenador de Saúde	DAS-2C	01
Chefe de Gabinete do Subcomando-Geral	DAS-2C	01
Subcomandante de Operações Policiais Militares	DAS-2C	01
Subcomandante de Inteligência	DAS-2C	01
Subcomandante de Policiamento	DAS-2C	18
Diretor Adjunto de Departamento	DAS-2C	08
Diretor Adjunto do Instituto de Ensino e Pesquisa	DAS-2C	01
Diretor Adjunto	DAS-2C	02
Corregedor Adjunto	DAS-2C	01
Assessor de Comunicação Social	DAS-2C	01
Comandante de Grupamento Aéreo	DAS-2C	01
Coordenador I	DAS-2C	05
Diretor do Colégio da Polícia Militar	DAS-2D	17
Comandante de Batalhão	DAS-2D	36
Subcomandante de Grupamento Aéreo	DAS-2D	01
Comandante de Aeronave	DAS-2D	12
Coordenador Técnico	DAS-2D	24
Chefe de Núcleo	DAS-2D	21
Subcomandante de Batalhão	DAS-3	36
Comandante de Companhia Independente	DAS-3	133
Comandante de Esquadrão	DAS-3	07
Diretor Adjunto do Colégio da Polícia Militar	DAS-3	17
Coordenador II	DAS-3	172
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	02
Subcomandante de Companhia Independente	DAI-4	133

Subcomandante de Esquadrão	DAI-4	07
Comandante de Base Comunitária de Segurança	DAI-4	34
Comandante de Companhia	DAI-4	198
Tripulante Operacional	DAI-4	08
Mecânico de Voo	DAI-4	05
Coordenador III	DAI-4	53
Secretário Administrativo I	DAI-5	01

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, quero, inclusive, aproveitar e agradecer ao deputado Alan – eu já fiz isso, deputado Alan, daqui do púlpito – pela aprovação desse projeto, dos dois projetos, na realidade, porque V. Ex.^a pediu vista, mas não criou nenhum tipo de objeção ao projeto do IPVA e a esse projeto da Polícia Militar.

Nós combinamos com todos os deputados e deputadas para que a gente possa avaliar um projeto de cada parlamentar, passado na Comissão de Constituição e Justiça, para o dia 12...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, me permita a interrupção, mas é bom que os deputados saibam que já foi aprovado no Plenário que, se for Título de Cidadão Baiano ou Comenda Dois de Julho, tem de passar antes pela Mesa Diretora, para no dia, no afogadilho, não querer colocar em votação, porque não vai passar.

Então, é bom...

O Sr. Rosemberg Pinto: Nós só estamos falando dos projetos de iniciativa dos deputados. Não estamos falando nem de título e nem de comenda. Títulos e comendas, Sr. Presidente, nós, eu e o deputado Alan, estamos deixando por conta da Mesa Diretora da Casa, que faz a análise prévia e depois disso é que vem para cá.

Tenho informado para todos os deputados: comendas e títulos são votados no painel e o voto é secreto.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Voto secreto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, não é só trazer o projeto para cá. Tem que fazer a sua defesa e convencer aos deputados e deputadas com relação a quem está dedicando a honraria para que a gente não tenha problema, porque é muito ruim apresentar aqui na Casa um projeto de honraria a alguém e depois ele ser derrotado, uma vez que falte conhecimento por parte das deputadas e dos deputados.

Nós estamos falando, Sr. Presidente, de projetos de iniciativa de deputados, que passaram pela Comissão de Constituição e Justiça. É um por cada deputado. Priscila e a assessora do deputado Alan vão acompanhar no decorrer da semana, para a gente já trazer os projetos amadurecidos para votarmos.

O Sr. Robinson Almeida: Uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão... o deputado Robinson vai falar?

O Sr. Robinson Almeida: Uma comunicação aqui, Sr. Presidente. Como V. Ex.^a sabe, tramita nessa Casa um projeto de lei do Tribunal de Justiça referente à reestruturação dos Cartórios da Bahia. V. Ex.^a me designou como relator dessa matéria. Na Comissão de Constituição e Justiça, é o deputado Vitor Bonfim, e nós temos conversado também com o líder do Governo, Rosemberg. Então, eu quero alertar a todos deputados que tenham sugestões de emenda que as apresentem, para que a gente possa apreciar essa matéria na próxima semana e poder deliberar, porque já faz 2 meses de tramitação na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Robinson. Era isso que eu ia falar com V. Ex.^a e com o deputado Vitor. Nós precisamos votar este projeto ainda este ano. Então, os projetos estão abertos para os deputados darem as suas sugestões, e os relatores acatarem ou não.

Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão, eu quero convidar a todos – peço 1 minuto da atenção de cada um – para o Natal Solidário, que é presidido pela esposa do presidente, (risos) e ela está solicitando doação. Pensem bem! Pensem bem! Eu só estou falando. É a esposa do presidente que está à frente, ela está pedindo alimentos para doar para os mais carentes. Então, Srs. Deputados, tenham juízo, tenham juízo, para depois não ir lá na Presidência.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, V. Ex.^a não colocou em votação, não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. A votação aqui é estilo Lewis Hamilton: rápida. Já foi votado e V. Ex.^a não viu.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Bobô e Ivana Bastos (licenciada). (02)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.